



UC/FPCE\_2018

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**A relação entre rejeição interpessoal e comportamento antissocial em jovens adultos portugueses**

Andreia Filipa Neves Ventura (e-mail: [andrea\\_filipa28@hotmail.com](mailto:andrea_filipa28@hotmail.com))

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia Clínica e da Saúde,  
subárea de especialização em Psicologia Forense, sob a orientação  
de Professor Doutor António Castro Fonseca

## Resumo

### **A relação entre rejeição interpessoal e comportamento antissocial em jovens adultos portugueses**

Embora haja muitos estudos que examinam a relação entre as experiências de rejeição e o comportamento antissocial na infância e na adolescência, investigações desse género com jovens adultos são ainda escassas particularmente em Portugal.

O objetivo principal desta dissertação é contribuir para preencher essa lacuna, testando a hipótese segundo a qual os indivíduos que sofreram mais rejeição durante a infância e/ou adolescência serão também os que, na idade adulta jovem ou idade adulta emergente, apresentarão mais comportamentos antissociais. Um objetivo secundário é testar a hipótese central da Teoria Geral da Tensão (Agnew, 1992) segundo a qual na origem do crime e de outros problemas graves do comportamento estariam o stress ou tensão sofridos, incluindo rejeição, e a emocionalidade negativa a eles associada.

Para tal, utilizaram-se dados de arquivo, provenientes de um estudo longitudinal iniciado em Coimbra em 1992-1993 (Simões *et al.*, 1995) e dados de uma amostra de conveniência selecionada especificamente para esta dissertação. Cada participante, nas duas amostras, para além de um questionário sociodemográfico e relativo às vivências na infância, preencheu o *Inventário de Problemas de Comportamento de Achenbach para Adultos* (ASR; Achenbach & Rescorla, 2003), que inclui um cluster de problemas de internalização com uma subescala de ansiedade/depressão, e a *Escala de Autoavaliação dos Comportamentos Antissociais* (SRA; Loeber *et al.*, 1989, 1998). Em contrapartida, a medida de rejeição interpessoal não foi a mesma para as duas amostras. Enquanto no estudo longitudinal (dados de arquivo) os participantes responderam a cinco questões relativas a experiências de rejeição e vitimação, na amostra de conveniência utilizou-se o *Questionário de Rejeição Social* (SRQ; Lev-Wiesel, Sarid & Sternberg, 2013).

Os resultados de uma primeira série de análises mostraram que as experiências de rejeição na infância são um fenómeno bastante comum e que os participantes expostos a essas situações reportavam significativamente mais comportamento antissocial e mais consumo de droga que os seus pares que não tinham sido vítimas de rejeição interpessoal.

Estes resultados foram confirmados apenas parcialmente, numa segunda análise de dados, provenientes da amostra de conveniência constituída por participantes mais novos aos quais fora administrada uma nova medida de rejeição. Também aí se verificou que muitos destes participantes confessavam terem sido vítimas de alguma forma de rejeição, mas de modo geral o impacto dessas experiências sobre o comportamento antissocial era pequeno ou mesmo insignificante.

Uma terceira análise de dados revelou, ainda, que a rejeição e a emocionalidade negativa (*e.g.*, sintomas de ansiedade e depressão) explicavam uma parte muito pequena (mas estatisticamente significativa) da

variância no comportamento antissocial dos jovens adultos, o que está de acordo com as predições da Teoria Geral da Tensão de Agnew.

Finalmente, análises adicionais com os participantes que reponderam ao questionário de autoavaliação da rejeição (SRQ) revelaram que esta medida parece ter boas qualidades psicométricas, embora a sua adaptação para a população portuguesa necessite de um estudo mais rigoroso, com uma mostra maior e mais diversificada.

A partir destes resultados são feitas diversas sugestões para futuros trabalhos, mais exaustivos, sobre os efeitos da rejeição infantil no comportamento antissocial e no consumo de droga dos jovens adultos, bem como sobre as potencialidades da Teoria Geral da Tensão para explicar esses efeitos.

**Palavras chave:** rejeição, comportamento antissocial, teoria geral da tensão, jovens adultos.

## **Abstract**

### **The association between interpersonal rejection and antisocial behavior in portuguese young adults**

Although there are many studies examining the relationship between rejection experiences and antisocial behavior in childhood and adolescence, investigations of this kind with young adults are still scarce particularly in Portugal.

The purpose of this dissertation is to contribute to fill this gap by testing the hypothesis that individuals who suffered more rejection during childhood and/or adolescence will also be those who, in young adulthood or emerging adulthood, will exhibit more antisocial behavior. A secondary aim is to test the central hypothesis of the General Strain Theory (Agnew, 1992) that at the origin of crime and other serious behavioral problems would be the stress or strain suffered, including rejection, and the associated negative emotionality.

To achieve this goal, we used archive data from a longitudinal study started in Coimbra in 1992-1993 (Simões *et al.*, 1995) and data from a convenience sample selected specifically for this dissertation. Each participant, in both samples, in addition to a sociodemographic and childhood experience questionnaire, filled out the Adult Self-Report (ASR; Achenbach & Rescorla, 2003) and Self-Reported Antisocial Behavior Questionnaire (SRA; Loeber *et al.*, 1989, 1998). In contrast, the measure of interpersonal rejection was not the same for the two samples. While in the longitudinal study (archive data) the participants answered five questions regarding experiences of rejection and victimization, the Social Rejection Questionnaire (SRQ; Lev-Wiesel, Sarid & Sternberg, 2013) was used in the convenience sample.

The results of a first series of analyzes showed that rejection

experiences in childhood are a fairly common phenomenon and that participants exposed to these situations reported significantly more antisocial behavior and more drug use than their peers who had not been victims of interpersonal rejection.

These results were only partially confirmed in a second data analyzes from the convenience sample of younger participants to whom a new rejection measure had been administered. It was also found there that many of these participants admitted having been victims of some form of rejection, but in general the impact of these experiences on antisocial behavior was small or even insignificant.

A third data analysis also revealed that rejection and negative emotionality (e.g., anxiety and depression symptoms) explained a very small (but statistically significant) part of the variance in the antisocial behavior of young adults, which is in agreement with the predictions of Agnew's General Strain Theory.

Finally, additional analysis with participants who answered the self-rated rejection questionnaire (SRQ) revealed that this measure seems to have good psychometric qualities, although its adaptation to the Portuguese population needs a more rigorous study, with a larger and more diverse sample.

From these results, several suggestions are made for future and more exhaustives studies on the effects of childhood rejection on antisocial behavior and drug use among young adults, as well as on the potentialities of the General Strain Theory to explain these effects.

**Key words:** rejection, antisocial behavior, general strain theory, young adults.

## **Agradecimentos**

Ao Professor Doutor António Castro Fonseca, pela disponibilidade, exigência e ensinamentos, e à Doutora Marta Oliveira, pela grande ajuda, paciência e apoio.

À minha família, sobretudo aos meus pais, pela confiança que em mim depositaram e por me terem permitido chegar até aqui, e aos meus primos, por sempre me quererem levar por maus caminhos.

Ao João, por estar a meu lado mesmo quando tudo parece que vai colapsar.

À Ana, à Andreia e à Daniela por terem aparecido no meu percurso académico.

Às minhas amigas de curso, Catarina, Manso e Marisa, por juntas termos trilhado um caminho que parecia não ter fim.

Aos amigos que não são de curso, Andreia, Joana, Moreira e Sofia, pela capacidade de estarem presentes mesmo com distância e com compromissos pelo meio.

À Desconcertuna, às pessoas que lá conheci e aos grandes amigos que lá fiz – Armanda, Cátia, Davide, Diogo, Inês, Mariana, Marta Almeida, Marta Simão, Zé – pelas horas em que me obrigaram a abdicar e a descansar do trabalho porque «a tuna está primeiro».

À minha restante família e amigos.

A todos vós, um enorme obrigada!

## Índice

Introdução.....	1
I – Enquadramento conceptual.....	2
1. 1. Rejeição Interpessoal e Comportamento Antissocial.....	2
1.2. Idade adulta emergente.....	4
1.3. Modelos explicativos.....	8
1.4. Teoria Geral da Tensão.....	9
II – Objetivos.....	11
III – Estudo 1.....	12
3.1. Metodologia.....	12
3.2. Resultados.....	14
3.3. Discussão e Conclusões.....	16
IV – Estudo 2.....	17
4.1. Metodologia.....	18
4.2. Resultados.....	20
4.3. Discussão e Conclusões.....	23
V - Estudo 3.....	24
5.1. Metodologia.....	24
5.2. Resultados.....	25
5.3. Discussão e Conclusões.....	26
VI - Discussão Geral e Conclusões.....	26
Bibliografia.....	29

## Introdução

Nas últimas décadas registou-se um interesse crescente pelo tema da rejeição interpessoal ao longo do curso de vida. Há para isso várias razões, nomeadamente a grande prevalência desse fenómeno, o sofrimento que causa nas vítimas e os riscos que daí advém para o funcionamento do indivíduo ao longo da vida.

A rejeição pode ser definida como a “antipatia ativa por parte dos pares” (McDougall, Hymel, Vaillancourt & Mercer, 2001), ou como a “experiência de não ser ‘apreciado’ pelos outros” (Morrow, Hubbard, Barhight & Thomson, 2014). Mas Leary (2010) afirma que a rejeição interpessoal ocorre quando os outros escolhem não incluir certos indivíduos no seu grupo e não estão dispostos a estabelecer relações com eles. Numa aceção mais lata, o conceito de rejeição tem sido também utilizado para designar um leque de problemas no qual se inclui a vitimação, o ostracismo ou a exclusão e desprezo de outras pessoas. Essas experiências podem ocorrer em diversos contextos (*e.g.*, família, escola, universidade, trabalho, comunidade) ou em diferentes fases da vida e assumir expressões ou formas muito diversas. Um elemento comum a todas elas é o sofrimento e o stresse causado às vítimas, particularmente acentuados nos casos mais graves e persistentes. Talvez por isso a vitimação seja considerada um dos problemas mais graves da infância, merecendo a atenção de numerosos investigadores de diferentes disciplinas. Um bom indicador desse interesse é o número de trabalhos empíricos e teóricos que sobre esse tema têm sido publicados nos últimos anos.

As questões abordadas na literatura são muito variadas, mas na sua maioria incidem sobre o impacto, a curto ou médio prazo, das experiências de vitimação ou sobre fatores a ela associados. A investigação tem permitido identificar uma extensa lista de problemas associados à rejeição, que inclui deficiências de linguagem e comunicação (Laws, Bates, Feuerstein, Mason-Apps & White, 2012), fraco desempenho académico (Véronneau, Vitaro, Brendgen, Dishion & Tremblay, 2010), baixo autocontrolo (Walters, 2016) e formas várias de psicopatologia (Dumas, 2011). Além disso, há quem defenda que os indivíduos são rejeitados não quando exibem um padrão de comportamento semelhante ao do grupo de pares, mas apenas se exibirem um comportamento diferente do mesmo, ou seja, quando se verifica um desvio do indivíduo em relação àquilo que no seu meio é considerado normativo (Papalia & Feldman, 2013).

No que diz respeito às consequências da rejeição, vários estudos têm mostrado que essas experiências dramáticas na infância podem afetar negativamente o funcionamento futuro do indivíduo em vários domínios. Entre os mais frequentemente mencionados destacam-se o envolvimento com pares desviantes (Laird *et al.*, 2001; Walters, 2016), a solidão (Fontaine *et al.*, 2009), as alterações ao nível da autorregulação emocional (Hubbard, 2001; Morrow, Hubbard, Barhight & Thomson, 2014), a sintomatologia depressiva (Platt, Kadosh & Lau, 2013), a rejeição de minorias étnicas (Gross & Maor, 2018) e o comportamento antissocial (van Lier, Vitaro, Wanner, Vuijk & Crijnen, 2005), no qual se podem incluir o incumprimento de regras (Fite,

Wimsatt, Rathert & Schwart, 2012) e o consumo de substâncias (Meyer, 2013).

A mensagem que destes estudos se pode retirar é a de que a rejeição interpessoal é um fenómeno frequente que anda associado a um grande número de outros problemas e pode colocar em risco o processo normal de desenvolvimento do indivíduo, designadamente no domínio emocional e social. E, de modo geral, esta conclusão parece aplicar-se tanto aos homens como às mulheres (Dodge *et al.*, 2003), embora tenham sido também encontradas diferenças sexuais quando os estudos incidem em certas formas de vitimação ou de comportamento antissocial. A título de exemplo, os sujeitos do sexo masculino que são rejeitados tendem a expressar mais raiva (Hubbard, 2001) e a apresentar maiores níveis de desajustamento, o que pode ser expressado através da exibição de comportamentos de intimidação e agressivos (de Bruyn *et al.*, 2010; Sentse, Kretschmer & Salmivalli, 2015). No sexo feminino, os dados são mais complexos, uma vez que tanto as raparigas com elevados níveis de aceitação como as raparigas com baixos níveis de aceitação apresentam risco de ser vitimizadas (de Bruyn *et al.*, 2010). Por outro lado, as raparigas apresentam menor probabilidade de enveredar pela via antissocial e de se associar a pares desviantes (van Lier, Vitaro, Wanner, Vuijk & Crijnen, 2005).

As inconsistências que, com alguma frequência, têm sido encontradas entre os resultados dos estudos sobre esta questão, como aliás sobre vários outros aspetos da vitimação na infância, devem-se em grande parte à diversidade das metodologias utilizadas: entrevistas com pais e/ou professores (*e.g.*, Walters, 2016; Woodward & Fergusson, 2000), nomeação de pares (*e.g.*, Almquist, 2011; Guerra, Asher & DeRosier, 2004), autorrelatos (*e.g.*, Gross & Maor, 2018) observação direta, (*e.g.*, Arnold, Homrok, Ortiz & Stowe, 1999), trabalhos de laboratório (*e.g.*, Hubbard, 2001; Twenge, Baumeister, Tice & Stucke, 2001). Naturalmente isso pode dificultar a comparação e a interpretação dos resultados dos diversos trabalhos.

## I - Enquadramento conceptual

### 1.1. Rejeição Interpessoal e Comportamento Antissocial

Uma questão que tem vindo a suscitar um interesse crescente da parte de vários investigadores é a da relação entre a rejeição e o comportamento antissocial (*e.g.*, Kupersmidt & Coie, 1990; Leary *et al.*, 2003; Trentacosta & Shaw, 2009). Nessa literatura, o comportamento antissocial é frequentemente identificado como o tipo de conduta que não respeita as normas ou valores de uma determinada sociedade e que causa dano, sofrimento, medo ou mal-estar às outras pessoas, não implicando necessariamente, *per se*, a intenção de fazer mal ou causar danos. Num estudo realizado em 2009, Burt e Donnellan definem este conceito como ações que prejudicam os outros, violam as normas da sociedade e/ou infringem os direitos pessoais ou de propriedade dos outros. Outros autores definem-no como “atos que envolvem infringir a lei”, mas têm em conta que alguns destes comportamentos fogem ao âmbito legal (Rutter, Giller & Hagell, 1998), como por exemplo a manipulação. Neste sentido, a



delinquência e o crime são habitualmente utilizados como sinónimos de comportamento antissocial em vários aspetos da relação com a rejeição.

Mas também aqui os resultados da investigação nem sempre se têm revelado consistentes e conclusivos. Dodge e colaboradores (2003) descrevem a rejeição social pelos pares como uma experiência emocionalmente tensa que tende a exacerbar o desenvolvimento antissocial e que desempenha um papel fulcral no desenvolvimento da agressão, mesmo controlando os níveis anteriores de comportamento agressivo. Autores como Trentacosta e Shaw (2009) referem que a rejeição pelos pares a meio da infância prediz o comportamento antissocial no início da adolescência e que o menor recurso à distração ativa, estratégia de regulação emocional adaptativa, durante tarefas frustrantes na primeira infância indicia uma maior rejeição por parte dos pares nessa mesma fase da vida, o que pode levar, posteriormente, ao comportamento antissocial.

Acresce o facto de, segundo Higgins, Piquero e Piquero (2011), a relação entre rejeição pelos pares e delinquência ser mais forte no sexo masculino. Mas estes autores verificaram ainda que o pequeno grupo de mulheres que apresentava maiores níveis de rejeição evidenciava também mais comportamentos antissociais, ou seja, esta associação verifica-se em ambos os sexos, apesar da magnitude mais elevada no sexo masculino. Com efeito, Prinstein e La Greca (2004), num estudo realizado com uma amostra do sexo feminino, confirmam que a rejeição interpessoal não só aumenta a associação entre comportamentos agressivos na infância e comportamentos externalizantes na adolescência, como também aumenta o risco de consumo de substâncias e de comportamentos sexuais de risco na adolescência.

Kupersmidt e Coie (1990) verificaram que, numa amostra etnicamente heterogénea, a rejeição interpessoal é um fator determinante na predição de múltiplos problemas inespecíficos na adolescência e que a agressão na infância constitui um preditor do nível de risco de exibição desses problemas. Mais concretamente os dados da subamostra caucasiana por eles utilizada sugerem que a rejeição pode fornecer informações únicas, independentes e importantes na previsão de problemas de adaptação do adolescente.

As análises de Leary e colaboradores (2003) sustentam a hipótese de que a rejeição social está envolvida na maioria dos casos de violência escolar letal – concretamente os tiroteios – por eles estudados, sendo que a maior parte dos agressores foi caracterizada por um padrão contínuo numa experiência específica de rejeição. Por outro lado, com base num estudo experimental de laboratório, Twenge e colaboradores (2001) registaram um forte impacto da rejeição interpessoal no comportamento agressivo, classificando o tamanho dos efeitos como surpreendente devido à aparente fraqueza das manipulações que foram utilizadas na experiência, quando comparadas com os níveis de rejeição que podem ocorrer no quotidiano. Concretamente, os sujeitos que foram expostos a uma previsão de que seu futuro envolveria a inexistência de relações sociais ou rejeição social tornaram-se mais agressivos. O comportamento agressivo do sujeito rejeitado não foi, contudo, uma retaliação face à fonte da rejeição, pelo que os indivíduos que o rejeitaram não são os únicos em risco de se tornarem alvos da sua agressão. Além disso, estes

sujeitos nunca foram agressivos para com pessoas que eram gentis para com eles.

Uma das dificuldades com que se têm visto confrontados alguns dos estudos anteriores é que, embora mostrando que existe uma relação entre rejeição e comportamento antissocial ou agressão (McDougall, Hymel, Vaillancourt & Mercer, 2001), não permitem determinar em que sentido vai esse efeito. Muitos autores sugerem que a agressão leva à rejeição (*e.g.*, Dodge *et al.*, 2003; Newcomb, Bukowski & Pattee, 1993), enquanto outros argumentam que a rejeição leva à subsequente agressão (*e.g.*, Leary, Twenge & Quinlivan, 2006; Ren, Wesselmann & Williams, 2018). Mas muitos desses estudos utilizam apenas amostras de indivíduos em idade escolar (*e.g.*, Kupersmidt & Coie, 1990; Dodge *et al.*, 2003; Trentacosta & Shaw, 2009) seguidos durante períodos relativamente curtos, o que facilita o recurso ao principal método de avaliação da rejeição interpessoal – a nomeação de pares ou medida sociométrica.

Em síntese, a relação entre rejeição e comportamento antissocial ou delinquência tem sido encontrada quer em estudos transversais quer em estudos longitudinais. Num trabalho de revisão desses estudos frequentemente citado, Reijntjes e colaboradores (2011) verificaram que níveis mais elevados de rejeição na infância apareciam associados a níveis mais elevados de comportamento antissocial e outros problemas alguns meses ou alguns anos mais tarde. Mas a maioria dos estudos sobre esta questão tem envolvido crianças e adolescentes, desconhecendo-se por isso se essas conclusões serão válidas na idade adulta emergente, uma fase da vida caracterizada por importantes mudanças tanto a nível do relacionamento interpessoal como da delinquência e do crime.

## 1.2. Idade adulta emergente

O termo idade adulta emergente surge como classificação que corresponde à perceção da maioria dos jovens entre os 18 e os 25 anos que não se considera adolescente, mas também não se vê como adulto, sentindo-se gradualmente a entrar na idade adulta (Arnett, 2000; Bowker *et al.*, 2014; Mendonça, Andrade & Fontaine, 2009). Por um lado, enquanto o início da adolescência tem muito que ver com alterações biológicas, a idade de início da adultez emergente parece estar mais relacionada com uma mudança social (Arnett, 2000). Por outro, enquanto os 18 anos parecem ser um bom marcador do final da adolescência, a idade de transição para a idade adulta encontra-se menos definida; esta fase etária tornou-se um período distinto do curso da vida dos jovens nas sociedades industrializadas, caracterizado pela mudança e pela exploração (Arnett, 2005; Bowker *et al.*, 2014; Guerreiro & Abrantes, 2004). A idade adulta emergente é um período de exploração de opções, a idade das possibilidades, tanto no domínio afetivo como ocupacional, vivido longe do “controlo” das normas sociais relativas à vida adulta (Andrade, 2010). Em suma, as explorações da vida adulta emergente são, em parte, oportunidades que permitem obter experiências de vida antes de se assumirem responsabilidades adultas consideradas duradouras (Guerreiro & Abrantes, 2004).

Do ponto de vista demográfico, este é o único período em que nada parece normativo, sendo essa diversidade e imprevisibilidade um reflexo da qualidade experimental e exploratória deste período (Arnett, 2000; Camarano, Kanso & Mello, 2006). Uma questão demográfica que demonstra a imprevisibilidade desta fase diz respeito à residência do sujeito. Enquanto os adolescentes vivem habitualmente com as figuras parentais, uma grande parte dos adultos emergentes sai de casa destes para ingressar no ensino superior, passando esses anos numa conjugação entre a vida independente e a confiança contínua nos adultos (Bynner, 2005; Faria, 2008). Outros saem de casa dos pais devido ao emprego e outros para ir viver com um parceiro pelo que só uma pequena parte permanece em casa dos pais até ao casamento (Goldscheider & Goldscheider, 1994). Assim, estes indivíduos habitualmente encontram-se em novos contextos sociais (*e.g.*, salas de aula na faculdade, emprego) e enfrentam novos desafios de desenvolvimento (*e.g.*, tomada de decisão independente, coabitação/relacionamentos comprometidos), além de se situarem num período centrado nas interações com os outros, nomeadamente colegas de quarto, colegas de turma, colegas de trabalho, parceiro romântico (Bowker *et al.*, 2014; Faria, 2008).

Em termos subjetivos, é possível que seja difícil para estes jovens sentirem que atingiram a idade adulta antes de terem uma residência estável, de terem terminado o curso, de terem estabelecido uma carreira e/ou de terem casado (Arnett, 2000). No entanto, há estudos a indicar que os eventos que mais importam para que os adultos emergentes sintam que entraram, de facto, na idade adulta não são as transições demográficas, mas sim o facto de terem responsabilidade por si mesmos, de tomarem decisões de forma independente e de assumirem a sua independência financeira (Arnett, 1998; Greene *et al.*, 1992). Em termos gerais, ser uma pessoa autossuficiente (Arnett, 1998; Wood *et al.*, 2018) parece ser o aspeto mais importante para os indivíduos neste período se considerarem adultos.

Apesar da adolescência ser vista como o período em se inicia exploração da identidade, é possível dizer que esta se desenvolve gradualmente na idade adulta emergente (McAdams, 2013). A formação da identidade envolve experimentar várias possibilidades e, progressivamente, avançar na tomada de decisões duradouras (Andrade, 2010; Arnett, 2000). No que concerne, por exemplo, às relações românticas, estas tendem a começar na adolescência, sendo que, nessa fase, o namoro oferece companhia e permite que ocorram as primeiras experiências de amor romântico e de sexualidade; contudo, estas relações não têm permanência no tempo para se constituírem como vinculações, nem o outro assume um carácter de exclusividade na vida do sujeito (Arnett, 2000; Matos, Barbosa & Costa, 2001). Por sua vez, na idade adulta emergente, o foco parece ser a exploração do potencial de intimidade física e emocional, sendo que essas descobertas se tornam mais íntimas e sérias (Arnett, 2000; Wood *et al.*, 2018). Estas relações são mais duradouras, envolvem uma maior sexualidade e podem incluir coabitação (Meier & Allen, 2008; Michael *et al.*, 1995), enquanto que na adolescência as explorações tendem a ser tentativas e transitórias.

No que diz respeito ao trabalho, existe um contraste semelhante entre

as explorações transitórias e tentativas da adolescência e as explorações mais sérias e focadas da vida adulta emergente. Para os adolescentes que trabalham, os seus empregos não costumam proporcionar-lhes conhecimento ou experiência relacionados com uma profissão futura, sendo habitualmente uma forma de obter dinheiro. Na idade adulta emergente, as experiências de trabalho tornam-se mais focadas na preparação para papéis de trabalho adulto (Arnett, 2000) e para o desenvolvimento de uma carreira (Faria, 2008).

A ausência de compromissos duradouros e de grandes responsabilidades neste período torna possível um maior grau de experimentação e exploração (Arnett, 2000; Bowker *et al.*, 2014). Por exemplo, para as pessoas que desejam ter uma variedade de experiências românticas e sexuais, este parece ser o período ideal uma vez que a vigilância dos pais diminuiu e ainda há pouca pressão normativa para entrar no casamento (Arnett, 2000). Da mesma forma, os adultos emergentes tendem a experienciar trabalhos menos comuns e possibilidades educacionais. É habitual o envolvimento em trabalho voluntário e viagens com duração limitada, muitas vezes em contexto de trabalho ou de experiência educacional. Esta expansão das experiências pessoais antes de fazer as escolhas mais duradouras da vida adulta pode também ser considerada uma exploração de identidade.

Várias das características típicas da adultez emergente têm sido apontadas como fatores de risco para o comportamento antissocial ou delinquência em estudos de criminologia, psicologia ou sociologia. Algumas dessas variáveis desempenham até um papel importante em teorias do crime contemporâneas. Refira-se, a título de exemplo, a tendência para procurar novas experiências ou sensações, a participação em atividades de grupo, as incertezas e receios perante as escolhas profissionais, o stresse causado pelas exigências dos primeiros empregos e, ao mesmo tempo, a maior independência financeira e social, acompanhada de uma diminuição do controlo parental e social. Pode, portanto, dizer-se que é comum o envolvimento de jovens adultos em comportamentos de risco (Arnett, 2000). Um desses comportamentos de risco é o consumo de substâncias. De acordo com o *National Survey on Drug Use and Health* (Substance Abuse and Mental Health Services Administration, 2017), a percentagem de sujeitos, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, que consumiram substâncias ilícitas “no último ano” nos Estados Unidos da América era de 37.7% em 2016 e de 37.5% em 2015. Esses valores são muito superiores aos dos sujeitos com 16-17 anos (29.5% em 2015 e 26.2% em 2016) e, principalmente, aos dos sujeitos com 14-15 anos (15.5% em 2015 e 14.9% em 2016). E, apesar de nos dois últimos casos se ter verificado uma diminuição do consumo entre 2015 e 2016, verifica-se também uma tendência para o aumento desse consumo ao longo do tempo. De entre as substâncias avaliadas, destaca-se, em larga escala, o consumo de marijuana. Esta tendência verifica-se também em Portugal, onde há – segundo a Sinopse Estatística 2016 - Substâncias Ilícitas (SICAD, 2016) – em contexto escolar, um aumento gradual do consumo deste tipo de substâncias entre os 13 (2.7%) e os 18 anos (43%). No global, estes dados indicam que o consumo de substâncias ilícitas tende a aumentar desde a

adolescência até, pelo menos, à transição para a vida adulta. Por este motivo, e dado ser uma componente do comportamento antissocial, o consumo de substâncias ilícitas será avaliado ao longo do presente estudo.

Sendo este o período da vida em que a maioria dos indivíduos inicia o processo de autonomia (Bowker *et al.*, 2014), efetuando a transição de papéis de adolescentes/dependentes para adultos/independentes (Andrade, 2010; Wood *et al.*, 2018), os jovens adultos constituem uma população importante para o estudo da relação entre a rejeição e o comportamento antissocial. Efetivamente, uma grande percentagem dos jovens detidos em centros educativos e dos reclusos nas prisões portuguesas situam-se nessa fase da vida. A título de exemplo, segundo os dados estatísticos fornecidos pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), em 2016, 34% dos jovens internados em centros educativos tinham já entre 17 a 20 anos. Um estudo de 2014 que avaliou 121 rapazes a cumprir medida tutelar de internamento em centro educativo concluiu que 50.5% tinham entre 17 e 20 anos (Morgado & Vale-Dias, 2014). Por seu turno, o número de reclusos com menos de 30 anos em Portugal corresponde a uma percentagem entre 20 e 30% da população reclusa: 26,2% (Areosa, 2014), 21.9% (Bento, 2018), 22.6% (Gonçalves e Gonçalves, 2012), 26% (Marques, 2009). Contudo, dados de 2002 indicam que a maioria da população reclusa é jovem, com 60.6% dos sujeitos com idades compreendidas entre os 16 e os 35 anos (Torres & Gomes, 2002).

Os inquéritos realizados na comunidade tanto sobre a delinquência como sobre a vitimação tendem a mostrar que é no fim da adolescência que se situa o pico de delinquência em ambos os sexos. Segundo Moffitt (1993), os sujeitos que exibem comportamentos antissociais atingem o pico, no que diz respeito à frequência destes comportamentos, por volta dos 17 anos, seguido de um decréscimo acentuado no início da idade adulta jovem. Assim, por volta dos 20 anos, o número de delinquentes diminui cerca de 50% (Farrington, 1986). Apesar disso, dados britânicos indicaram que os sujeitos com 20 e 21 anos ainda eram responsáveis por uma percentagem significativa de atos delinquentes, sobretudo no que diz respeito ao consumo de drogas (Bowling, Graham & Ross, 1994). A explicação desse tipo de comportamento antissocial residiria em várias características próprias dessa idade, algumas delas já acima referidas, pelo que alguns autores consideram mesmo que certas formas de delinquência são normativas nesse período (*e.g.*, Moffitt, 1993).

Mas apesar dessa diminuição da delinquência com a entrada na idade adulta, há indivíduos que vão continuar a transgredir e outros que vão iniciar a sua carreira delinvente nessa fase da vida. E alguns autores defendem mesmo que, nesses casos, a explicação do início da delinquência na idade adulta reside na infância e/ou na adolescência, embora o seu efeito só se fizesse sentir mais tarde, quando esses indivíduos, devido às exigências da vida adulta, deixassem de beneficiar de vários fatores de proteção, designadamente a supervisão e a ajuda das figuras parentais ou de outras instituições (Kumpfer & Alvarado, 2003; Reppold *et al.*, 2002). É possível que, nessa perspetiva, a rejeição sofrida na infância desempenhe um papel

importante.

Porém, até agora pouca atenção se tem prestado ao impacto que a rejeição interpessoal na infância terá no comportamento antissocial dos jovens adultos e pouco esforço tem sido feito para desenvolver modelos teóricos para explicar essa relação.

### 1.3. Modelos explicativos

Um dos modelos mais frequentemente referidos na literatura para explicar a relação entre os dois construtos aqui em análise foi desenvolvido por Dodge (1986) e é conhecido como Modelo de Processamento da Informação Social. A sua ideia central é a de que a resposta dos sujeitos a eventos como a rejeição pelos pares ocorre numa sequência de etapas do processamento. Estas etapas incluem receber pistas do estímulo da rejeição, fazer uma atribuição sobre a rejeição, gerar respostas a esse evento, imaginar os potenciais resultados da própria resposta comportamental e demonstrar, a nível comportamental, a resposta escolhida. A experiência da rejeição social pode impedir o sujeito de compreender pistas sociais relevantes, levando a que ele desenvolva atribuições hostis sobre as intenções dos pares, bem como impedir o desenvolvimento de capacidades que implementem comportamentos competentes, nomeadamente respostas geradoras de solução. Estes défices e enviesamentos nas capacidades de processamento da informação social, por sua vez, podem levar a comportamentos disfuncionais como agressão que, posteriormente, podem levar ao aumento da rejeição.

Parker e Asher (1987) sugerem que existem três modelos que podem fornecer uma explicação à relação entre a rejeição e a delinquência. Primeiro, o “modelo incidental” indica que a rejeição dos pares é uma consequência do comportamento agressivo dos sujeitos na infância e que, portanto, oferece apenas um pequeno contributo para o desenvolvimento de problemas na adolescência, nomeadamente comportamentos de externalização ou de risco. Em segundo lugar, o “modelo causal” que explica que a rejeição dos pares contribui de forma independente para o desenvolvimento de comportamentos de externalização. Uma terceira possibilidade é a existência de um “modelo moderador”, em que a rejeição dos pares influencia positivamente a associação entre o comportamento agressivo na infância e comportamento de externalização na adolescência, enquanto que a aceitação dos pares atenua a continuidade e o desenvolvimento de comportamentos antissociais. No seguimento deste modelo, outras teorias relacionadas sugerem que, contrariamente ao que acontece com as crianças não rejeitadas e agressivas, as crianças rejeitadas e agressivas exibem maiores défices sociais que dificultam o desenvolvimento de competências interpessoais adaptativas e aumentam o risco destas para exibirem comportamentos inadequados (Bierman & Wargo, 1995).

Uma das críticas a estes modelos é que o seu alcance é bastante limitado, pois foram criados para explicar formas específicas de agressão e de comportamento antissocial. Em particular, pouco esforço tem sido feito para explicar essa relação no âmbito das grandes teorias do crime.

## 1.4. Teoria Geral da Tensão

### 1.4.1. Teoria Geral da Tensão e Comportamento Antissocial

A Teoria Geral da Tensão (GST) é uma das mais recentes e, apesar disso, muito fecunda em Criminologia. Criada por Agnew em 1992, a explicação que esta teoria propõe para o crime e para outros comportamentos antissociais assenta basicamente em três conceitos centrais: tensão, emoção negativa e estratégias de coping.

A GST postula que existem uma série de tensões que aumentam o risco para o comportamento antissocial (Baron & Agnew, 2014). Tais tensões conduzem a emoções negativas (*e.g.*, raiva), as quais exercem pressão para a ação corretiva. Por sua vez, esta resposta corretiva pode assumir a forma de comportamento antissocial ou crime. Os indivíduos podem envolver-se, então, neste tipo de comportamento para escapar ou reduzir as suas tensões (*e.g.*, fugir de pais abusivos, roubar dinheiro que precisem), procurar vingarse da fonte das tensões ou de alvos relacionados (*e.g.*, atacar os pares que o rejeitam) ou aliviar as emoções negativas (*e.g.*, consumir drogas ilícitas para se sentir melhor) (Baron & Agnew, 2014). Todavia, é possível lidar com as tensões de forma legítima, isto é, não criminosa, desde que se tenham estratégias de coping adequadas. O crime apareceria, então, quando estes mecanismos de coping falham.

#### 1.4.1.1. Tensão

Uma tensão corresponde a uma situação em que o indivíduo não é tratado da forma que esperaria (Agnew, 1992, p. 48). Existem, segundo Agnew (1992), três principais tipos de tensão: (i) o fracasso real ou antecipado em alcançar objetivos positivamente valorizados (*e.g.*, estatuto); (ii) a ameaça de remoção ou a remoção real de estímulos positivos (*e.g.*, perda do emprego); (iii) ameaça de apresentação ou a apresentação real de estímulos negativos (*e.g.*, vitimação). Este autor elaborou ainda uma distinção entre tensões “objetivas” e “subjetivas”. As tensões objetivas corresponderiam a eventos ou condições que a maioria dos indivíduos num determinado grupo não gosta de experienciar. Por exemplo, embora a maioria dos estudantes não goste de ter notas baixas, para alguns é indiferente que as tenham (Froggio & Agnew, 2007). As tensões subjetivas, por sua vez, diriam respeito a eventos ou condições não apreciadas apenas pelos indivíduos que as vivenciaram. Ambos os tipos de tensão podem afetar o crime, no entanto espera-se que as tensões subjetivas apresentem um efeito maior.

As tensões podem levar o sujeito a experienciar emoções negativas, como frustração ou medo, que constituem a segunda componente da GST.

#### 1.4.1.2. Emoção negativa

À luz da Teoria Geral da Tensão, a raiva é considerada a emoção mais importante porque energiza os indivíduos para a ação, cria um desejo de vingança, reduz a preocupação para com as consequências do comportamento, providencia uma justificação para o crime e enfraquece estratégias de coping mais adequadas como seja a negociação (Baron & Agnew, 2014; Rebellon, Manasse, Van Gundy & Cohn, 2012). Ainda assim, embora a raiva seja a

emoção que mais impacto parece ter no crime, este pode ocorrer como resposta a outras emoções negativas (*e.g.*, tristeza, depressão). Pode mesmo acontecer que diferentes emoções negativas apareçam associadas a diferentes tipos de comportamento antissocial ou desviante. Por exemplo, enquanto a raiva pode levar um indivíduo a agir agressivamente contra os outros, a depressão pode levá-lo a consumir substâncias ilícitas para se sentir melhor consigo mesmo. É neste sentido que Agnew (1992) distingue entre emoções negativas direcionadas ao outro (*e.g.*, raiva), que aumentam a probabilidade de ações direcionadas ao outro (*e.g.*, violência), e emoções negativas direcionadas ao eu (*e.g.*, depressão), levando a respostas orientadas para o self (*e.g.*, consumo de substâncias). Em suma, de acordo com Agnew (1992, p. 60) “a experiência de afeto negativo, sobretudo raiva, cria tipicamente o desejo de tomar medidas corretivas, sendo a delinquência uma possível resposta”.

#### 1.4.1.3. Estratégias de coping

O terceiro elemento da GST é constituído pelas estratégias de coping a que o indivíduo recorre para lidar com as tensões e respetivas emoções negativas. Agnew (1992) argumenta que o comportamento antissocial é uma resposta adaptativa na medida em que é eficaz a reduzir/aliviar as emoções negativas causadas por um evento tenso, no entanto tal só acontece a curto prazo. Além disso, nem todos os indivíduos que as experienciam em diferentes contextos se envolvem em comportamento antissocial ou no crime (Eitle, 2010). Tal irá depender de diversos fatores, designadamente das competências sociais e de resolução de problemas, autoeficácia, autoestima, recursos financeiros e suporte social (Agnew, 1992; Baron & Agnew, 2014). Além disso, há fatores que influenciam o recurso a estratégias de coping consideradas antissociais ou criminais. A título de exemplo, sujeitos que têm pouco a perder com o envolvimento em crimes (*e.g.*, sem emprego, com laços familiares fracos), com emocionalidade negativa, com crenças favoráveis ao crime ou com pares antissociais tendem a recorrer ao crime para lidar com as tensões e respetivas emoções negativas (Baron & Agnew, 2014).

#### 1.4.2. Teoria Geral da Tensão e Rejeição Interpessoal

A rejeição interpessoal é um evento de vida que pode ser emocionalmente tenso, emergindo do desejo do indivíduo de fazer parte do grupo e que pode ter importância no seu desenvolvimento (Dodge *et al.*, 2003). Assim, por forma a lidar com esta tensão e com as respetivas emoções negativas, o indivíduo rejeitado pode recorrer a atos antissociais (Gross & Maor, 2018), sobretudo porque, perante elevados níveis de rejeição, esses indivíduos têm menos oportunidades de praticar e desenvolver competências sociais (Dodge *et al.*, 2003; Kingery *et al.*, 2010). Especificando um pouco mais, no quadro desta teoria, a rejeição pode ser vista como algo injusto e frustrante que desencadeia na vítima emoções negativas, o que por sua vez levará a diversas formas de comportamento antissocial como meio de se defender, de se libertar dessas emoções ou de restabelecer a justiça. O risco de conduta antissocial seria particularmente elevado no caso de múltiplas vitimações sofridas ou quando os fatores correspondentes aos três elementos



centrais da teoria se encontram presentes. Mas, embora as reações do indivíduo nessa situação sejam de natureza externalizante ou antissocial, de acordo com o modelo podem ocorrer também respostas de natureza internalizante tais como evitamento das relações sociais ou o refúgio no consumo de droga.

Refira-se, ainda, que Agnew (1992) descreve a rejeição de pares, na infância, como uma função de comportamentos negativos evidentes, mas, na adolescência, esta tenderia a ocorrer através comportamentos mais subtis e diferenciados. Assim, a rejeição entre pares é uma tensão que pode ocorrer de forma diferente nas diversas etapas do ciclo de vida (Higgins, Piquero & Piquero, 2011).

Resumindo, a GTS postula que as consequências negativas provenientes de situações tensas, como a rejeição, se associam ao comportamento antissocial, ao crime e à delinquência. Mas, apesar destas potencialidades teóricas, pouco esforço tem sido feito para aplicar a GTS à explicação da relação entre rejeição e comportamento antissocial na idade adulta emergente.

## II - Objetivos

O principal objetivo geral desta dissertação é testar se a rejeição interpessoal na infância e/ou na adolescência afeta o comportamento antissocial na idade adulta. A nossa hipótese é a de que os indivíduos que sofreram mais rejeições serão também os que, mais tarde, apresentarão mais comportamentos antissociais. E de que esse efeito far-se-á sentir durante muito tempo.

Para testar esta hipótese utilizaram-se *dados de arquivo*, provenientes de um estudo longitudinal em curso na Universidade de Coimbra há já vários anos [PTDC/PSI-PED/104849/2008], e *dados originais* recolhidos especificamente para esta dissertação. Os resultados das análises efetuadas sobre uns e outros são aqui apresentados sob a forma de três estudos separados de maneira a facilitar a sua leitura e a sua interpretação.

Assim, no primeiro estudo analisar-se-á a relação longitudinal entre rejeição na infância e comportamento antissocial na idade adulta, utilizando dados de arquivo. As informações sobre a rejeição tinham sido recolhidas com um instrumento *ad hoc*, que incluía um pequeno número de itens de vitimação e rejeição na infância, enquanto que os comportamentos antissociais diziam respeito à idade adulta.

No segundo estudo, planeado especificamente para examinar essa relação, utilizou-se um instrumento standardizado, que cobria um leque mais extenso de situações de rejeição e que já tinha sido utilizado noutros estudos. Além disso, o intervalo decorrido entre as rejeições e os comportamentos antissociais era mais curto, o que provavelmente se deveria refletir na força das correlações entre rejeição e diversas formas de comportamento antissocial.

No terceiro estudo, analisam-se os dados do estudo 2 tendo como quadro de referência a Teoria Geral da Tensão que, para alguns autores,

constitui um dos modelos mais adequados à explicação da relação entre rejeição/vitimização e comportamento antissocial.

### III - Estudo 1. *Rejeição na infância e sua relação longitudinal com comportamentos antissociais em adultos portugueses.*

Uma ideia muito generalizada tanto em meio académico como na comunidade é a de que as pessoas vítimas de rejeição interpessoal tendem mais facilmente a interpretar as atitudes e ações dos outros como hostis mesmo quando para isso não há justificação real. Nalguns casos, essas reações podem assumir uma expressão interiorizada mas igualmente danosa: sintomas depressivos, manifestações de stresse pós-traumático, isolamento social, consumo de droga ou até tentativas de suicídio (*e.g.*, Williams *et al.*, 2017)

Essa relação, entre rejeição e comportamento antissocial, tem sido encontrada tanto em estudos transversais como em estudos longitudinais e tem-se revelado particularmente forte nos casos de polivitimação (Finkelhor, Turner, Ormrod, Hamby & Kracke, 2009). Porém, os estudos longitudinais são frequentemente de curta duração (*e.g.*, limitados à adolescência ou juventude), existindo por isso ainda muitas dúvidas sobre se os efeitos negativos da rejeição infantil se fazem sentir na idade adulta.

O objetivo deste estudo é examinar se os indivíduos que foram vítimas de rejeição na infância apresentarão mais comportamentos antissociais nos primeiros anos da idade adulta e se esses efeitos serão os mesmos para os dois sexos.

#### 3.1. Metodologia

##### 3.1.1. Amostra

Os dados a seguir analisados são provenientes de uma investigação iniciada em 1992-1993 na qual várias centenas de crianças foram seguidas desde o ensino básico até à idade adulta. Para efeitos deste estudo utilizaram-se as informações recolhidas na última avaliação da coorte mais jovem (2º ano) e da coorte intermédia (4º ano), agora com idades entre os 26 e os 30 anos. Aquando da avaliação inicial, em 1992-1993, os participantes destas duas coortes encontravam-se a frequentar o 2º ano ( $n = 445$ ) e o 4º ano ( $n = 448$ ) de escolaridade, em diversos estabelecimentos de ensino público do Concelho de Coimbra, sendo 53% dos participantes do sexo masculino e 47% do sexo feminino (Simões *et al.*, 1995).

##### 3.1.2. Instrumentos

Da extensa lista de instrumentos utilizados na última avaliação dessas duas coortes faziam parte alguns diretamente relacionados com a problemática desta dissertação.

##### 3.1.2.1. Questionário sociodemográfico (entrevista semiestruturada)

Esta entrevista, adaptada do Inventário de Problemas de Comportamento de Achenbach para Adultos (Achenbach & Rescorla, 2003), incluía algumas questões já utilizadas em avaliações anteriores e cobria

aspectos da vida dos participantes tais como estado civil, composição do agregado familiar, religião, relações no casal, experiência laboral, salário, percurso escolar e diversos acontecimentos de vida. Igualmente incluídas nessa entrevista haviam perguntas sobre diversas experiências negativas da infância que foram utilizadas como uma medida de rejeição interpessoal (*e.g.*, *Disseram coisas desagradáveis a seu respeito? Fizeram pouco de si ou chamaram-lhe nomes feios?*). Trata-se, portanto, de uma avaliação retrospectiva das experiências de rejeição na infância. A resposta a cada item era cotada com 0 (Não) ou 1 (Sim) e esses valores eram somados de maneira a formar uma escala cuja pontuação final variava entre 0 e 10. Apesar de ter suscitado várias críticas, o recurso às memórias do adulto para avaliar a vitimação na infância é geralmente considerado um método válido e continua a gozar de grande popularidade entre investigadores da Psicologia e outras disciplinas de Ciências Sociais.

3.1.2.2. Inventário de Problemas de Comportamento de Achenbach para Adultos (*Adult Self Report - ASR*) (Achenbach & Rescorla, 2003)

O Inventário de Problemas de Comportamento de Achenbach para Adultos foi utilizado em todas as fases do estudo longitudinal, em versões adaptadas a essas idades. A versão utilizada nesta fase do estudo – *Adult Self Report* – destina-se a examinar eventuais problemas de comportamento ocorridos durante os últimos seis meses em adultos dos 18 aos 59 anos de idade. Os seus itens foram agrupados em 8 escalas, a saber: Isolamento; Queixas somáticas; Ansiedade/depressão; Problemas de pensamento; Problemas de atenção; Comportamento agressivo; Comportamento intrusivo; Delinquência. Os participantes deviam indicar até que ponto concordavam com cada item numa escala de 0 (Nada Verdadeiro) até 2 (Muito Verdadeiro). Para além de uma pontuação global e de uma pontuação por escala é ainda possível derivar uma pontuação relativa à dimensão de externalização que engloba as escalas de comportamento agressivo e delinquência, e à dimensão de internalização que engloba as escalas de queixas somáticas, isolamento e ansiedade/depressão.

As qualidades psicométricas deste inventário, na sua versão original, são consideradas boas, designadamente em termos de fidelidade e validade (Achenbach & Rescorla, 2003). Um estudo preliminar sobre as características deste instrumento realizado no âmbito desta investigação revelou uma boa consistência interna (Alfa de Cronbach = .928). Particularmente relevantes para este estudo foram os itens sobre rejeição, o cluster de externalização, e as subescalas que dele se podem derivar, e a subescala de ansiedade/depressão.

3.1.2.3. Escala de Comportamentos Antissociais e Delinquência (*Self Report Antisocial Behavior – SRA*) (Loeber *et al.*, 1989; 1998)

Este instrumento foi utilizado desde o início do estudo, em todas as fases, tendo sido adaptado às idades dos participantes. Na sua versão atual, inclui 64 itens relativos a comportamentos diversos (*e.g.*, roubo, agressão física e não física, consumo e tráfico de droga, problemas com a polícia e com

os tribunais, vadiagem). A informação recolhida através deste instrumento refere-se a dois quadros temporais diferentes: na modalidade de alguma vez na vida a resposta era sim/não; na modalidade dos últimos 12 meses, a resposta podia ser nunca (0), 1 ou 2 vezes (1) e várias vezes (2). Será esta última a modalidade aqui utilizada.

Incluídas nesta medida, existem diversas subescalas que foram utilizadas no âmbito do presente estudo, designadamente a subescala de comportamento antissocial, a de comportamentos agressivos e as de consumo de substâncias.

### 3.1.3. Procedimento

Enquanto nas fases anteriores do estudo longitudinal de Coimbra o procedimento adotado na recolha de informações passava, muitas vezes, pela avaliação dos sujeitos em pequenos grupos (*e.g.*, turmas), na última avaliação a que este estudo diz respeito a recolha de dados foi feita por entrevista individual. Essa entrevista era geralmente feita na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE-UC), podendo, no entanto, ocorrer também noutros locais previamente combinados de acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

Num número reduzido de casos, a entrevista e os questionários foram enviados pelo correio ou por *e-mail* (*e.g.*, quando os participantes que aceitaram responder se encontravam no estrangeiro, noutras regiões afastadas no país ou por incompatibilidade de horários ou de obrigações familiares ou profissionais), podendo recorrer-se à entrevista por telefone se alguns itens de um ou de outro questionário não tivessem sido respondidos.

Graças a este tipo de procedimentos conseguiu-se uma taxa de participação elevada dos sujeitos das duas coortes deste estudo e acumulou-se uma quantidade grande de informações relativas a diversas áreas do funcionamento de cada participante, durante a fase de transição para a idade adulta. Foi dessa base que se retiraram os dados para o estudo 1 desta dissertação.

## 3.2. Resultados

### 3.2.1 *Será a rejeição interpessoal na infância um fenómeno muito frequente?*

A primeira questão analisada neste estudo dizia respeito à prevalência das experiências de rejeição na infância. Os resultados encontram-se sintetizados na tabela 1 e mostram que cerca de 52% dos participantes experienciaram pelo menos uma situação fr rejeição na infância e, dentro deste grupo, a maioria refere entre uma e quatro rejeições, enquanto que 3.4% reportaram cinco ou mais. Isto significa que a rejeição é uma experiência comum na infância e, geralmente, não ocorre sozinha. Além disso, se excetuarmos os casos de cinco ou mais rejeições, não se registaram grandes diferenças sexuais nessas ocorrências.

**Tabela 1. Distribuição das respostas à variável Rejeição Infantil na amostra total e por sexo.**

Nº de rejeições	Homens	Mulheres	Total
0	46.1%	50%	48%
1	17.2%	13.3%	15.3%
2	17.2%	19.7%	18.4%
3	9.4%	11.8%	10.6%
4	5.3%	3.2%	4.2%
5	4.7%	2%	3.4%

Na tabela 2, apresentam-se as frequências de cada rejeição para a amostra total e por sexo. Como por aí se pode ver, as mais frequentes eram as que se prendiam com o escárnio (43.1%) e a maledicência (34.8%). Seguiam-se depois a agressão física sem razão aparente (17.2%), os danos aos seus bens (12.1%) e a ameaça ou *bullying* com vista ao furto ou intimidação (11.1%).

**Tabela 2. Frequência das diferentes formas de Rejeição Infantil na amostra total e por sexo.**

Índice de Rejeição Infantil	Homens	Mulheres	Total
1. Na infância, disseram coisas desagradáveis a seu respeito?	33.8%	35.8%	34.8%
2. Fizeram pouco de si ou chamaram-lhe nomes feios?	45.1%	41%	43.1%
3. Ameaçaram-no(a) para se divertirem ou para lhe roubar alguma coisa?	15.1%	6.9%	11.1%
4. Bateram-lhe sem razão aparente?	17.5%	16.8%	17.2%
5. Destruíram ou danificaram as suas coisas de propósito?	13.6%	10.4%	12.1%

### 3.2.2. *Estarão os participantes com mais rejeição na infância em maior risco de comportamentos antissocial e de consumo de substâncias nos primeiros anos da idade adulta?*

Para responder a esta questão os participantes foram distribuídos em três grupos: O grupo dos sujeitos que não experienciaram nenhuma rejeição na infância ou apenas uma (0 - grupo de controlo), o grupo que teve duas a quatro rejeições (1 - grupo intermédio) e o grupo dos sujeitos que sofreram cinco ou mais rejeições (2 - polivitimação). Estes três grupos foram comparados em medidas de comportamento antissocial na idade adulta, incluindo o consumo de substâncias.

Na tabela 3 encontram-se os resultados de uma análise de variância (*two-way ANOVA*), os quais mostram diferenças significativas entre os três grupos em todas as medidas utilizadas, o que sugere que, quanto maior o número de rejeições na infância, maior o risco de desenvolver comportamentos desajustados na idade adulta.

Comparações *post-hoc* pelo método de Scheffé mostraram que os riscos de futuras rejeições eram particularmente elevados no grupo de polivitimação (grupo 2) comparado com o grupo de controlo. Aliás, diferenças foram também encontradas entre os indivíduos do grupo intermédio e do grupo de controlo. No conjunto os resultados mantêm-se inalterados quando se controla

o efeito de variáveis concorrentes tais como nível educativo dos pais, o tamanho da fratria ou o índice de desregulação referido pelos professores. Além disso, uma análise de variância 3 (grupos) \* 2 (sexo) não revelou nenhuma interação significativa entre essas duas variáveis, o que sugere que o efeito da rejeição se faz sentir da mesma forma nos jovens adultos de um e de outro sexo.

**Tabela 3. Rejeição na infância e o seu impacto nos comportamentos antissociais dos jovens adultos.**

	Grupos de Rejeição Infantil						Post-Hoc
	0		1		2		
	(N mínimo= 281)		(N mínimo= 196)		(N mínimo= 103)		
	m	dp	m	dp	m	dp	
Comportamentos antissociais - SRA**	1.90	2.19	2.38	2.11	2.68	2.19	1 e 2>0
Comportamentos agressivos - SRA**	.12	.43	.20	.50	.31	.65	2>0
Consumo de substâncias (total) - SRA**	3.17	2.29	3.70	2.64	4.01	2.92	1 e 2>0
Consumo de substâncias lícitas - SRA*	3.04	2.14	3.45	2.32	3.48	2.31	1>0
Consumo de substâncias ilícitas - SRA**	.14	.44	.27	.75	.52	1.06	1 e 2>0
Comportamentos externalizantes - ASR**	6.08	5.06	8.52	5.52	8.32	5.11	1 e 2>0
Agressão – ASR**	3.11	3.06	4.21	3.15	4.17	3.18	1 e 2>0
Delinquência – ASR**	1.59	1.77	2.24	2.07	2.51	2.30	1 e 2>0

**Grupos de Rejeição Infantil:** 0 (sem rejeição); 1 (duas a quatro experiências de rejeição); 2 (cinco ou mais experiências de rejeição)

**SRA:** Escala de Autoavaliação dos Comportamentos Antissociais (Loeber *et al.*, 1989, 1998)

**ASR:** Inventário de Problemas de Comportamento de Achenbach para Adultos (Achenbach & Rescorla, 2003)

\*  $p < .05$ ; \*\*  $p < .01$

### 3.3. Discussão e Conclusões

Os resultados obtidos neste primeiro estudo indicam que a rejeição não é um fenómeno raro, registando-se, no entanto, grandes variações nas prevalências das diferentes formas de rejeição. De resto, estes valores não se afastam muito dos que frequentemente vêm reportados na literatura e que são muito variáveis de estudo para estudo.

Além disso, quando comparados com os seus pares do grupo de controlo, os jovens adultos que tiveram uma infância marcada por mais situações de rejeição apresentavam uma série de comportamentos desajustados na idade adulta, nomeadamente comportamentos antissociais e agressivos.

No conjunto, estes resultados parecem de acordo com a posição de autores como Finkelhor e colaboradores (2009) que defendem que a vitimação

A relação entre rejeição interpessoal e comportamento antissocial em jovens adultos portugueses  
 Andreia Filipa Neves Ventura (e-mail: andreia\_filipa28@hotmail.com) 2018

na infância inicia um ciclo de rejeição e adversidade que se pode prolongar até à idade adulta. Nesse processo será mais determinante o número das experiências/ocorrências do que as suas especificidades ou o peso de cada uma tomada individualmente. É também essa a conclusão que deste estudo se pode retirar pois quanto maior o número de situações de vitimação na infância (onde se inclui a rejeição) maior é o risco de apresentar comportamentos pouco funcionais na idade adulta, nomeadamente comportamentos antissociais.

Deve-se, no entanto, ter em consideração que a informação foi obtida retrospectivamente e dizia respeito a acontecimentos que, nalguns casos, terão ocorrido há quase 20 anos. E, apesar da perda de memória estar muitas vezes associada aos idosos em virtude do seu declínio cognitivo, a verdade é que há um esquecimento gradual dos acontecimentos ao longo do tempo (Schacter *et al.*, 2003). Aliás, há estudos sobre a memória que indicam que é difícil distinguir o que aconteceu do que eventualmente será reconstruído pelo adulto, muitas vezes resultante de enviesamentos, isto é, de distorções da recordação de experiências prévias associadas à influência do conhecimento atual, crenças e sentimentos (Schacter *et al.*, 2003). Na mesma ordem de ideias pode ser que os adultos se lembrem preferencialmente de experiências mais dramáticas, ou até traumáticas, e que outras de menor intensidade tenham sido esquecidas apesar de, na infância, serem importantes e terem desencadeado processos que se manterão e poderão mais tarde afetar a vida do adulto (medos, desconfiança em relação aos outros, desinteresse pela escola). Até porque as recordações de acontecimentos mais típicos tendem a ser obscurecidas e as recordações únicas a sobressair (Schacter *et al.*, 2003). Por outro lado, as recordações de um acontecimento traumático, que expôs o indivíduo à dor e ao sofrimento físico e/ou psicológico, é bastante complexa, podendo haver esquecimento e confusão entre o real e o imaginário (Souza, 2013). Assim sendo, é possível que as informações relativas às experiências de rejeição na infância não correspondam totalmente ao que aconteceu na realidade dado que há uma série de fatores que, aliados à passagem do tempo, podem ter influenciado a perceção atual dos sujeitos.

Uma outra limitação deste estudo reside no facto da medida de rejeição incluir um número muito reduzido de itens e, portanto, não cobrir adequadamente o leque de situações de rejeição que são suscetíveis de desencadear agressão e outros comportamentos antissociais na idade adulta. Além disso, a medida de rejeição aqui utilizada é uma medida *ad hoc*, contruída especificamente para este estudo e que inclui sobretudo itens de vitimação, tornando por isso difícil comparar os seus resultados com os resultados obtidos noutras investigações.

#### **IV - Estudo 2. Rejeição na infância e sua relação transversal com comportamentos antissociais em jovens adultos portugueses.**

Este estudo foi organizado com o intuito de contornar algumas das limitações do estudo 1, anteriormente referidas, designadamente avaliar a relação entre rejeição e comportamento antissocial numa amostra mais jovem,

correspondente à fase da idade adulta emergente, e utilizar, para esse efeito, uma medida mais completa e apropriada de rejeição social, de modo a facilitar a comparação dos resultados deste estudo com os de outros. De facto, é de extrema importância a utilização de instrumentos de avaliação adequados à população-alvo e que, sobretudo, avaliem os construtos a que se propõem avaliar, apresentando boas qualidades psicométricas.

Assim o principal objetivo deste estudo é examinar se os indivíduos que são vítimas de rejeição na infância apresentarão mais comportamentos antissociais e mais consumo de droga na idade adulta emergente e se a força da associação é a mesma para as diferentes dimensões da rejeição social. Além disso, um objetivo subsidiário e prévio é levar a cabo uma análise exploratória da nova medida de rejeição social aqui utilizada – o Questionário de Rejeição Social.

#### 4.1. Metodologia

##### 4.1.1. Amostra

Neste estudo utilizou-se uma amostra de conveniência constituída por 14 sujeitos do sexo masculino (43.8%) e 18 sujeitos do sexo feminino (56.3%), perfazendo um total de 32 sujeitos. Trata-se de uma amostra constituída por estudantes cujas idades variam entre os 18 e os 23 anos ( $m = 20.22$ ;  $dp = 1.408$ ) e cujo nível da escolaridade se situa entre o 12º ano do ensino secundário e o 4º ano do ensino superior.

A maior parte dos participantes vive no seio de uma família nuclear intacta (66.7%), tem um irmão (59.4%) e referiu não haver historial de problemas de saúde mental no seu contexto familiar. Problemas deste género foram mencionados apenas por 28.1% dos participantes, sendo a depressão o mais recorrente.

Para a análise exploratória do Questionário de Rejeição Social, foram também utilizados, em conjunto com os dados dos jovens adultos, dados de um subgrupo de sujeitos mais novos. São 42 sujeitos, 11 rapazes (26.2%) e 31 raparigas (73.8%), com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos ( $m = 16.1$ ;  $dp = .906$ ). Todos frequentam a escola, encontrando-se entre 8º ano e o 11º ano de escolaridade. A maior parte deles vive no seio de uma família nuclear intacta (69%), tem um irmão (61.9%) e referiu não haver historial de problemas de saúde mental no seu contexto familiar (78.6%). Assim, na globalidade, foram 74 os sujeitos utilizados na análise exploratória do SRQ.

##### 4.1.2. Instrumentos

Os instrumentos utilizados neste estudo foram os mesmos que os do estudo 1 (*cfr.* Descrição no “Estudo 1”), ainda que com ligeiras diferenças. Sucintamente, a informação começou por ser recolhida através de um questionário sociodemográfico, onde os sujeitos forneceram informações relativas à sua idade, nível de escolaridade, constelação familiar, idade e escolaridade dos progenitores. Foram ainda fornecidos dados acerca de problemas de saúde mental existentes na sua família e acerca da sua rede de amigos. Posteriormente, foi administrado um questionário relativo às vivências na infância, cuja maior parte das questões são comuns às



apresentadas no estudo 1, o Inventário de Problemas de Comportamento de Achenbach para Adultos (ASR - Adult Self Report; Achenbach & Rescorla, 2003) e a Escala de Comportamentos Antissociais e Delinquência (SRA - Self Report Antisocial Behavior; Loeber *et al.*, 1989; 1998).

A principal diferença do estudo 2 em relação ao estudo 1 prende-se, para além das amostras, com a utilização de um novo instrumento de avaliação da rejeição interpessoal – o Questionário de Rejeição Social (SRQ - Social Rejection Questionnaire). Este questionário foi construído por Lev-Wiesel e colaboradores (2006) no âmbito de um estudo que examinou os efeitos psicológicos a longo-prazo da rejeição social entre pares (Lev-Wiesel, Sarid & Sternberg, 2013) numa amostra de estudantes de uma das principais universidades de Israel. Na sua versão final este questionário consta de 21 itens distribuídos por quatro subescalas, nomeadamente ser insultado verbal ou não-verbalmente (*e.g.*, 15. *Fui humilhado(a) pelos meus amigos*); ser ignorado (*e.g.*, 2. *Convidei amigos e eles recusaram-se a comparecer*); ser acusado (*e.g.*, 21. *Os meus amigos espalharam boatos negativos sobre mim*); e ser atacado fisicamente ou dominado pelos pares (*e.g.*, 16. *Os meus amigos mandaram-me fazer coisas*) (Lev-Wiesel, Sarid & Sternberg, 2013). A resposta a cada item é dada numa escala de Likert de 5 pontos (1 = Nunca aconteceu; 5 = Está sempre a acontecer).

A escala global apresenta uma boa consistência interna (alfa de Cronbach = .92) e uma consistência interna muito variável para as suas subescalas, designadamente de .89 para a subescala “ser insultado”, .87 para a subescala “ser ignorado”, .78 para a subescala “ser acusado” e .77 para a subescala “ser atacado”, as quais se encontram significativamente correlacionadas entre si, com os coeficientes de correlação de Pearson a variar entre  $r = .47$  e  $r = .63$  (Lev-Wiesel, Sarid & Sternberg, 2013).

Como este instrumento não se encontra ainda disponível em português, começou-se por fazer a sua tradução da língua inglesa para a língua portuguesa, tendo-se depois feito a retroversão. Posteriormente, a versão traduzida foi partilhada com alguns indivíduos que deram o seu feedback e sugestões acerca da mesma. Estas foram tidas em consideração, o que culminou no instrumento aplicado aos sujeitos da amostra deste estudo. A utilização de um instrumento estandardizado que avaliasse a rejeição interpessoal revelou-se essencial uma vez que este construto, no Estudo Longitudinal de Coimbra, foi apenas avaliado com recurso a cinco questões.

#### 4.1.3. Procedimento

A recolha de informações passou pela avaliação dos sujeitos em pequenos grupos ou individualmente e ocorreu em diversos locais, nomeadamente em casa dos participantes, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade Coimbra e em locais públicos previamente combinados. Depois de se lhes explicar os objetivos da investigação e de lhes garantir a confidencialidade das respostas, administrava-se-lhes as diversas medidas numa ordem pré-estabelecida. Cada sessão durava cerca de 45 minutos.

## 4.2. Resultados

### 4.2.1. *Será a rejeição interpessoal um fenómeno muito frequente?*

A primeira questão analisada neste estudo diz respeito à prevalência das experiências de rejeição na infância. Conforme se depreende da tabela 4, a maior parte das pontuações reside entre o “nunca aconteceu” e o “raramente aconteceu”. Destaca-se o item 2 “Convidei amigos e eles recusaram-se a comparecer” e o item 19 “Os meus amigos falaram de mim nas minhas costas”, em que mais de 60% da amostra referiu ter passado por tais experiências. Os itens 1 “Fui rejeitado(a) pela minha turma/grupo”, 3 “Fui excluído(a) de encontros sociais” e 11 “Os meus amigos disseram-me palavrões” devem igualmente ser tidos em consideração, uma vez que mais de 50% dos sujeitos responderam afirmativamente. Estas experiências podem, no entanto, não ter sido traumáticas para os sujeitos dado que a maioria deles reporta que raramente aconteceram. Posto isto, depreende-se que a rejeição interpessoal não é um fenómeno muito recorrente na amostra em estudo.

**Tabela 4. Distribuição das diferentes formas de rejeição dos (SRQ) na amostra total.**

Questionário de Rejeição Social (SRQ)	Nunca aconteceu	Raramente aconteceu	Aconteceu às vezes	Aconteceu muitas vezes	Está sempre a acontecer
1. Fui rejeitado(a) pela minha turma/grupo	46.9%	34.4%	15.6%	3.1%	-
2. Convidei amigos e eles recusaram-se a comparecer	34.4%	50%	15.6%	-	-
3. Fui excluído(a) de encontros sociais	40.6%	34.4%	15.6%	9.4%	-
4. Os meus amigos ignoraram-me	53.1%	34.4%	12.5%	-	-
5. Os meus amigos recusaram-se a deixar-me participar nas suas brincadeiras e atividades	78.1%	18.8%	3.1%	-	-
6. Alguns amigos impediram-me de entrar em contacto com outros amigos	87.5%	6.3%	3,10%	3.1%	-
7. Os meus amigos impediram-me de obter informações importantes	78.1%	18.8%	3.1%	-	-
8. Fui atacado(a) fisicamente pelos meus amigos	93.8%	3.1%	3.1%	-	-
9. Os meus amigos atiraram-me objetos	87.5%	6.3%	6.3%	-	-
10. Os meus bens (livros, jogos, etc) foram vandalizados	90.6%	3.1%	3.1%	3.1%	-
11. Os meus amigos disseram-me palavrões	43.8%	28.8%	18.8%	9.4%	-
12. Fui ridicularizado(a) e importunado(a) pelos meus amigos	75%	18.8%	6.3%	-	-
13. Chamaram-me nomes	50%	28.1%	21.9%	-	-
14. Fui insultado(a) através de gestos corporais rudes	62.5%	25%	12.5%	-	-
15. Fui humilhado(a) pelos meus amigos	78.1%	18.1%	3.1%	-	-
16. Os meus amigos mandaram-me fazer coisas	68.8%	25%	3.1%	3.1%	-

17. Os meus amigos culparam-me por coisas más que aconteceram	68.8%	25%	6.3%	-	-
18. Os meus amigos culparam-me por coisas más que ainda não aconteceram	84.4%	9.4%	6.3%	-	-
19. Os meus amigos falaram de mim nas minhas costas	36.7%	16.7%	40%	6.7%	-
20. Os meus amigos encorajaram aqueles que me rejeitaram	81.3%	12.5%	6.3%	-	-
21. Os meus amigos espalharam boatos negativos sobre mim	71.9%	15.6%	12.5%	-	-

#### 4.2.2. Serão as experiências de rejeição interpessoal um fator de risco de comportamento antissocial na idade adulta emergente?

Por forma a responder a esta questão distribuíram-se os participantes, através de uma análise de variância (*two-way ANOVA*), por dois grupos, com base nos seus resultados no Questionário de Rejeição Social (SRQ): o grupo (1) dos sujeitos pouco rejeitados, os quais se encontram abaixo ou na média, e o grupo (2) dos sujeitos muito rejeitados, isto é, que se encontram acima da média. Os dois grupos foram depois comparados em várias medidas de comportamento antissocial, podendo ver-se os resultados na tabela 5. Como seria de esperar, os sujeitos do grupo 2 (com muita rejeição) apresentam médias mais elevadas na maior parte das escalas e subescalas de comportamento antissocial; mas diferenças entre os dois grupos apenas se revelaram significativas no cluster de problemas de externalização do ASR e na sua respetiva subescala relativa à agressão. E estas diferenças continuavam significativas quando se controlava o efeito de variáveis como o sexo e o nível educativo dos pais. Na subescala de comportamentos agressivos (SRA) e de consumo de substâncias lícitas (SRA) a média dos sujeitos pouco rejeitados sobrepôs-se, no entanto, à dos sujeitos muito rejeitados. Deve ter-se em consideração que, apesar do SRA se referir a dois quadros temporais diferentes – “alguma vez na vida” e “nos últimos 12 meses” –, a modalidade tida em conta nestas análises foi a segunda, isto é, “nos últimos 12 meses”, podendo ser por isso a variação das pontuações muito pequenas.

**Tabela 5. Comparação dos 2 grupos nas medidas de comportamento antissocial.**

	Grupos de Rejeição			
	1		2	
	(N mínimo= 18)		(N mínimo= 11)	
	m	dp	m	dp
Comportamentos antissociais - SRA	2.60	2.39	3.92	1.98
Comportamentos agressivos - SRA	.25	.44	.17	.39
Consumo de substâncias (total) - SRA	5.90	2.47	6.50	2.94
Consumo de substâncias lícitas - SRA	5.40	1.98	5.33	2.31
Consumo de substâncias ilícitas - SRA	.50	.76	1.17	1.19
Comportamentos externalizantes - ASR*	9.68	4.89	15.17	9.34

A relação entre rejeição interpessoal e comportamento antissocial em jovens adultos portugueses  
 Andreia Filipa Neves Ventura (e-mail: andrea\_filipa28@hotmail.com) 2018

Agressão - ASR*	4.26	2.94	7.67	5.18
Delinquência - ASR	2.85	2.23	4.50	3.37

**SRA:** Escala de Autoavaliação dos Comportamentos Antissociais (Loeber *et al.*, 1989, 1998)

**ASR:** Inventário de Problemas de Comportamento de Achenbach para Adultos (Achenbach & Rescorla, 2003)

\*  $p < .05$ ; \*\*  $p < .01$

Uma alternativa a este tipo de análise é considerar a rejeição como uma variável contínua e calcular as correlações entre rejeição (escala total e subescalas) e as diversas medidas do comportamento antissocial. Os resultados dessas análises apresentam-se na tabela 6.

Os resultados vão, em parte, ao encontro dos dados observados na tabela 5, com as correlações entre os comportamentos externalizantes (ASR) e o total do SRQ a revelarem-se significativas, assim como a correlação entre a subescala de agressão (ASR) e o total do SRQ e entre a subescala de delinquência (ASR) e o total do SRQ. Contudo, em nenhum dos três casos se verificaram correlações significativas com a subescala do SRQ “ser atacado”. A subescala de agressão também não se apresentou correlacionada com a subescala “ser insultado” e a subescala de delinquência com a subescala “ser ignorado”. Tal parece indicar que o total do SRQ tem um maior valor preditivo do que as suas subescalas.

Por fim, e apesar dos resultados obtidos anteriormente, o consumo de substâncias ilícitas merece destaque uma vez que é, de todas as subescalas do SRA, a que apresenta correlações significativas com a medida de rejeição interpessoal, o que parece indicar que os indivíduos rejeitados tendem a consumir este tipo de substâncias.

**Tabela 6. Correlações de Pearson do Questionário de Rejeição Social (total e subescalas) com diversas medidas de comportamento antissocial e consumo de substâncias.**

	Total	Ser insultado	Ser ignorado	Ser acusado	Ser atacado
Comportamento antissocial "no último ano" - SRA	,176 (ns)	,513**	,025 (ns)	,083 (ns)	-,044 (ns)
N	32	32	32	30	32
Total de agressão "no último ano" - SRA	-,061 (ns)	,104 (ns)	-,153 (ns)	,061 (ns)	-,175 (ns)
N	32	32	32	30	32
Total de substâncias "no último ano" - SRA	,176 (ns)	,209 (ns)	,045 (ns)	,357 (ns)	,044 (ns)
N	32	32	32	30	32
Substâncias lícitas "no último ano" - SRA	-,033 (ns)	,081 (ns)	-,153 (ns)	,157 (ns)	-,142 (ns)
N	32	32	32	30	32
Substâncias ilícitas "no último ano" - SRA	,540**	,387*	,441*	,667**	,417*
N	32	32	32	30	32
	,426*	,421*	,377*	,391*	,278 (ns)

A relação entre rejeição interpessoal e comportamento antissocial em jovens adultos portugueses  
 Andreia Filipa Neves Ventura (e-mail: andrea\_filipa28@hotmail.com) 2018

Comportamentos externalizantes - ASR	N	31	31	31	29	31
		.478**	.341 (ns)	.521**	.411*	.272 (ns)
Agressão - ASR	N	31	31	31	29	31
		.403*	.541**	.266 (ns)	.375*	.262 (ns)
Delinquência - ASR	N	31	31	31	29	31

**SRA:** Escala de Autoavaliação dos Comportamentos Antissociais (Loeber *et al.*, 1989, 1998)

**ASR:** Inventário de Problemas de Comportamento de Achenbach para Adultos (Achenbach & Rescorla, 2003)

\*  $p < .05$ ; \*\*  $p < .01$

#### 4.2.3. Análise exploratória do Questionário de Rejeição Social.

A análise exploratória do Questionário de Rejeição Social na população portuguesa apresentou uma boa consistência interna, com um alfa de Cronbach de .901. Mas, contrariamente ao que se verificou na versão original em que foram identificadas diferenças significativas entre os sexos em três das quatro subescalas, no presente estudo não foram encontradas diferenças sexuais nem para o total da escala (sexo masculino:  $m = 31$ ,  $dp = 9.46$ ; sexo feminino:  $m = 31.57$ ,  $dp = 9.48$ ) nem para as respetivas subescalas. A correlação item-total corrigida varia entre .317 e .711, o que sugere que cada um dos itens é um bom indicador do instrumento total.

#### 4.3. Discussão e Conclusões

Os resultados obtidos neste estudo indicam que a rejeição na infância relatada por adultos emergentes não é um fenómeno muito comum, havendo um reduzido número de situações em que a ocorrência foi superior a 50%. Mas possivelmente este resultado deve-se em muito ao reduzido número de sujeitos da amostra utilizada. É possível que isto explique também as poucas diferenças significativas aquando da constituição dos grupos de sujeitos muito e pouco rejeitados ou quando se calculam as correlações entre rejeição e comportamento antissocial.

Uma possível explicação para estes resultados estará no facto de, segundo alguns autores (*e.g.*, Moffitt, 1993; Patterson *et al.*, 1992), devido a uma diversidade de fatores, o comportamento antissocial ser mais comum na adolescência do que em qualquer outra fase da vida. Dado que os sujeitos em avaliação apresentam entre 18 a 23 anos e que a média das suas idades é de 20.22 anos, assume-se que a maior parte deles já saiu da adolescência há pelo menos um ano, sendo, portanto, possível que tenham apresentado comportamentos antissociais nessa etapa da sua vida.

Um dos resultados mais inesperados foi a fraca associação entre a agressão e a rejeição, a qual foi encontrada em diversos estudos (*e.g.*, Dodge *et al.*, 2003; Leary, Twenge & Quinlivan, 2006; Ren, Wesselmann & Williams, 2018). No entanto, como já referido anteriormente, essa relação foi encontrada sobretudo em estudos realizados com crianças e adolescentes. Ora, de acordo com Boivin e colaboradores (2010), ao longo do tempo, a vitimação entre pares torna-se progressivamente menos relacionada com

A relação entre rejeição interpessoal e comportamento antissocial em jovens adultos portugueses  
 Andreia Filipa Neves Ventura (e-mail: andrea\_filipa28@hotmail.com) 2018

comportamentos agressivos e cada vez mais associada ao isolamento. Assim, é possível que esta associação fosse mais forte se a amostra fosse constituída por uma população mais jovem, indicando que a tendência dos jovens adultos pode ser o envolvimento em comportamentos internalizantes. Nesta linha de pensamento, é possível que os comportamentos agressivos esperados tenham dado azo a problemas internalizantes na idade adulta jovem, uma vez que, segundo Reef e colaboradores (2009), o comportamento agressivo na infância prevê queixas somáticas e problemas de pensamento na idade adulta. Com base nestes dados, afigura-se importante a realização de estudos que, no âmbito deste tema, tenham em consideração a sintomatologia de natureza internalizante.

Finalmente, no que diz respeito à relação entre rejeição e consumo de droga, os dados iniciais, sem diferenças significativas entre a constituição dos dois grupos de rejeição, parecem sugerir que este consumo é também frequente entre os indivíduos que não se consideram vítimas de rejeição. No entanto, verificou-se uma associação entre rejeição e consumo de substâncias ilícitas aquando da realização das correlações de Pearson, o que pode indicar que o consumo de substâncias ilícitas é um fenómeno frequente mesmo entre os indivíduos que não são vítimas, o qual é agravado no caso dos sujeitos que relatam ter vivenciado situações de rejeição.

### **V - Estudo 3.** *O papel da emoção negativa na relação entre rejeição e comportamento antissocial: análise exploratória da Teoria Geral da Tensão.*

Entre os vários modelos propostos para explicar a relação entre rejeição ou outras formas de vitimação e o comportamento antissocial encontra-se a Teoria Geral da Tensão de Agnew. A tese central desta teoria é a de que o stresse e a emocionalidade negativa a que muitas pessoas se veem expostas estariam na origem dos seus comportamentos antissociais ou delinquência. A emocionalidade negativa está associada a ansiedade, preocupação e humor depressivo, sendo frequentemente designada por neuroticismo (Oliveira, 2002; Zuckerman & Kuhlman, 2000), para além da cólera ou raiva e hostilidade.

Mas uma questão ainda não suficientemente esclarecida a esse respeito é a de saber se existe um efeito específico da tensão/stresse, independentemente da presença de emoções negativas.

Os dados recolhidos no estudo 2, ainda que muito limitados, permitem uma análise exploratória dessa questão e, desse modo, um teste, certamente provisório, daquela teoria.

#### **5.1. Metodologia**

Os participantes e as medidas são os mesmos do estudo anterior. Por sua vez, a escala de ansiedade/depressão do Inventário de Problemas de Comportamento de Achenbach para Adultos (ASR; 2003) funciona aqui como medida de emocionalidade negativa, enquanto o comportamento antissocial foi medido através do cluster de externalização do mesmo instrumento (ASR)

e pela escala de autoavaliação dos comportamentos antissociais (SRA), já anteriormente descritos.

Tanto esta operacionalização do construto de tensão como a operacionalização do conceito de emocionalidade negativa ou de comportamento antissocial/delinquência estão de acordo com as descrições que deles faz o autor da teoria.

## 5.2. Resultados

Concretamente, a questão aqui colocada era a de saber se a tensão tinha algum poder explicativo do comportamento antissocial, na presença da emocionalidade negativa.

O método utilizado para responder a essa pergunta foi o da regressão hierárquica, onde no primeiro passo entravam variáveis sociodemográficas, no segundo passo entrava a medida de rejeição social (subescalas do SRQ) e no terceiro passo entrava a medida de emocionalidade negativa (escala de ansiedade/depressão).

Nas tabelas 7 e 8 apresentam-se os resultados dessas análises. Como por eles se pode ver, os resultados variam em função da medida de comportamento antissocial utilizada. Assim na predição dos problemas de comportamento ou de externalização (ASR) o modelo explica, na sua globalidade, uma parte considerável da variância do comportamento antissocial ( $R^2 = .367$ ), mas o poder explicativo da tensão desaparece na presença da emocionalidade negativa, que apesar de reduzido, é estatisticamente significativo.

**Tabela 7. Predição dos comportamentos de externalização (ASR).**

MODELO	VARIÁVEIS	B	SE	Beta	T	p	R <sup>2</sup> ajustado	p
1 Variáveis sociodemográficas	Idade	-1.105	.848	-.221	-1.303	.209	.089	.166
	Sexo	.711	2.836	.046	.251	.805		
	Nível escolar pais	.521	.454	.207	1.148	.266		
2 Subescalas do SRQ	Ser insultado	.808	.625	.283	1.293	.213	.251	.103
	Ser ignorado	-.774	.694	-.308	-1.114	.280		
	Ser acusado	.905	.891	.242	1.016	.323		
	Ser atacado	.674	1.163	.121	.579	.570		
3 Subescala de ansiedade/depressão (ASR)	Ansiedade e Depressão	.576	.272	.461	2.115	.049	.367	.049

**ASR:** Inventário de Problemas de Comportamento de Achenbach para Adultos (Achenbach & Rescorla, 2003)

**SRQ:** Questionário de Rejeição Social (Lev-Wiesel, Sarid & Sternberg, 2013)

Por sua vez, na predição dos problemas de comportamento no outro questionário de autoavaliação (SRA) a percentagem de variância explicada é também moderadamente elevada ( $R^2 = .318$ ), mas a emocionalidade negativa não tem poder preditivo enquanto a tensão explica uma parte significativa da variância do comportamento, se bem que pouco significativa ( $p = .029$ ).

**Tabela 8. Predição do comportamento antissocial (SRA).**

MODELO	VARIÁVEIS	B	SE	Beta	t	p	R <sup>2</sup> ajustado	P
1 Variáveis sociodemográficas	Idade	.016	.273	.010	.059	.953	.047	.256
	Sexo	-.037	.872	-.008	-.042	.967		
	Nível escolar pais	.252	.147	.317	1.715	.103		
2 Subescalas do SRQ	Ser insultado	.580	.195	.651	2.972	.008	.317	.029
	Ser ignorado	.007	.224	.009	.033	.974		
	Ser acusado	.169	.288	.143	.587	.564		
	Ser atacado	-.443	.368	-.251	-1.205	.243		
3 Subescala de ansiedade/depressão (ASR)	Ansiedade e Depressão	-.090	.088	-.226	-1.020	.321	.318	.321

**SRA:** Escala de Autoavaliação dos Comportamentos Antissociais (Loeber *et al.*, 1989, 1998)

**SRQ:** Questionário de Rejeição Social (Lev-Wiesel, Sarid & Sternberg, 2013)

**ASR:** Inventário de Problemas de Comportamento de Achenbach para Adultos (Achenbach & Rescorla, 2003)

### 5.3. Discussão e Conclusões

Embora este estudo, pela dimensão da sua amostra, não permita retirar qualquer conclusão definitiva, aponta, todavia, para algumas precauções a ter em conta em futuras investigações destinadas a testar esta teoria. Primeiro, os resultados podem variar em função do critério utilizado para avaliar o comportamento antissocial ou o crime. Segundo, é possível que o teste das predições desta teoria exija o controlo de outras variáveis concorrentes, que poderão funcionar como fatores de proteção e assim neutralizar o impacto da tensão e da emocionalidade negativa na presença da delinquência ou do crime.

Apesar disso, os valores agora obtidos sugerem que este modelo tem algum poder explicativo, que muito provavelmente seria mais forte se se utilizasse uma amostra maior e diversificada.

## VI – Discussão Geral e Conclusões

O principal objetivo desta dissertação era analisar a relação entre a rejeição e o comportamento antissocial na população portuguesa e testar, ainda que provisoriamente, a tese central da Teoria Geral da Tensão. Mais especificamente, através de dois estudos, pretendia-se examinar se os indivíduos que foram vítimas de rejeição na infância apresentavam mais



comportamentos antissociais na idade adulta emergente (estudo 2) e na idade adulta (estudo 1). Para tal utilizaram-se dados de arquivo e dados novos de uma amostra de jovens adultos. Um terceiro estudo foi realizado, utilizando os dados do estudo 2, com o intuito de analisar os resultados obtidos no quadro da Teoria Geral da Tensão.

Os resultados, apresentados sob a forma de três estudos, foram seguidos por uma breve discussão. Por isso, aqui concentrar-nos-emos apenas numa análise/discussão do que foram convergências e divergências encontradas nestes três estudos e nas implicações desses estudos para futuras investigações sobre este tema em Portugal salientando as dificuldades encontradas e apontando sugestões para as superar.

Primeiramente, os resultados obtidos vão, de um modo geral, ao encontro do que postula a Teoria Geral da Tensão. Por um lado, no primeiro estudo, os sujeitos que mais experienciaram situações de vitimação e que, portanto, estarão sujeitos a mais tensões e conseqüentes emoções negativas, parecem recorrer ao comportamento antissocial e agressivo e à delinquência. Por outro lado, no segundo estudo, os sujeitos parecem recorrer menos à delinquência e mais ao consumo de substâncias ilícitas para lidar com essas tensões e respetivas emoções. Esta conclusão, por si só, não é inesperada, pois, conforme o estudo de Meyer (2013), os indivíduos que se sentem socialmente excluídos têm uma maior probabilidade de, mais tarde, apresentarem problemas relacionados com consumo de substâncias. Em adição, sabe-se também que o suporte social é um dos fatores que facilita o recurso de estratégias de coping adequadas para lidar com as emoções negativas, ao invés do recurso a estratégias antissociais (Agnew, 1992; Baron & Agnew, 2014). Todavia, é possível que o suporte social seja mais fraco nos sujeitos rejeitados, o que pode explicar o recurso a estratégias menos adequadas e, neste caso, delinquentes. Esta é certamente uma questão que merece ser explorada em futuros trabalhos.

No que diz respeito às emoções negativas, os resultados indicam que a rejeição tem algum impacto na expressão deste tipo de emoções, concretamente sintomas ansiosos e depressivos. Estes dados, além de congruentes com GTS, vão também ao encontro de vários estudos que vêm revelando uma associação entre rejeição e sintomatologia depressiva. Por exemplo, as descobertas de Fussner e colaboradores (2016) indicam que a rejeição de pares na infância prevê prospectivamente sintomas depressivos na juventude, relação esta mediada pela desregulação emocional. Da mesma forma, Fontaine e colaboradores (2009) verificaram que a rejeição interpessoal e a solidão na infância preveem problemas de internalização ao longo do desenvolvimento, nomeadamente sintomas ansiosos e depressivos. Apesar de não ser o foco deste estudo, os dados obtidos já sugeriam que a sintomatologia internalizante também desempenha um papel importante no que diz respeito à vitimação, pelo que se mostra relevante aprofundar o estudo desta relação.

Uma vez que tanto a tensão como a emocionalidade negativa são elementos relevantes na predição do comportamento antissocial, é importante saber qual o mais importante ou o que um acrescenta em relação ao outro. Os

resultados deste estudo não permitem esclarecer essa questão, mas sugerem que cada um tem um poder explicativo próprio, o qual varia em função do tipo de comportamento antisocial em apreço.

Estes estudos apresentam algumas limitações que devem ser tidas em consideração. Em primeiro lugar, a multiplicidade de sinónimos atribuídos aos dois principais construtos em avaliação dificulta a sua operacionalização. Comportamento antissocial é muitas vezes utilizado como sinónimo de delinquência ou até de crime. Rejeição interpessoal é frequentemente identificada como rejeição pelos pares, exclusão social ou ostracismo.

Em segundo lugar, uma das principais críticas a apontar prende-se com o facto de, em nenhum dos dois primeiros estudos, o instrumento de avaliação da rejeição interpessoal ter sido o ideal. Se no caso do primeiro estudo, a rejeição foi avaliada através de cinco itens em que alguns faziam referência a outras situações de vitimação que não a rejeição, no estudo 2 o questionário utilizado não se encontra validado para a população portuguesa. Como, tanto quanto é do nosso conhecimento, não existe nenhum instrumento que avalie a rejeição interpessoal na população portuguesa, independentemente da sua faixa etária, será de grande relevância a validação ou construção de instrumentos que avaliem este construto em Portugal, sobretudo dado o impacto que a rejeição pode ter no funcionamento das vítimas. E a esse propósito uma possibilidade será a utilização da nomeação de pares ou medida sociométrica. A rejeição é habitualmente avaliada com recurso a uma medida sociométrica, em que os sujeitos são convidados a nomear quais os colegas de quem gostam mais e de quem gostam menos e/ou com quem gostam mais e menos de trabalhar e/ou com quem gostam mais e menos de brincar (Almquist, 2011; Guerra, Asher & DeRosier, 2004; Peceguina, Santos & Daniel, 2008; Sentse, Prinzie & Salmivalli, 2016; Walters, 2016). Tal medida é definida por alguns como preferência social (Guerra, Asher & DeRosier, 2004) e por outros como avaliação da popularidade (Walters, 2016), assumindo-se que um maior número de nomeações positivas reflete uma maior preferência e popularidade e, conseqüentemente, menor rejeição pelos pares e vice-versa (Walters, 2016). No entanto, este método é geralmente aplicado em contexto de sala de aula, ou seja, quando os sujeitos são crianças ou mesmo adolescentes. Ao tratar-se de amostra de adultos e de jovens adultos, respetivamente, a aplicação deste método revelar-se-ia de grande dificuldade uma vez que os sujeitos não fazem todos parte do mesmo grupo ou contexto.

Concluindo, a rejeição interpessoal relaciona-se com o comportamento antissocial, mas, com o passar do tempo, parece que tende a relacionar-se mais com o consumo de substâncias e comportamentos de internalização. Estudos futuros devem passar então pela avaliação da associação entre rejeição e sintomatologia de natureza internalizante e pela validação de instrumentos que avaliem a rejeição interpessoal em Portugal utilizando amostras mais diversificadas.

### Bibliografia

- Achenbach, T. M., & Rescorla L. A. (2003). *Manual for the ASEBA Adult Forms & Profiles*. Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth, & Families.
- Agnew, R. (1992). Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. *Criminology*, *30*, 47-87.
- Almquist, Y. (2011). A class of origin: The school class as a social context and health disparities in a life-course perspective. Stockholm University, Stockholm.
- American Psychiatric Association (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)*. Arlington, VA: American Psychiatric Association.
- Andrade, C. (2010). Transição para a idade adulta: Das condições sociais às implicações psicológicas. *Análise Psicológica*, *28*(2), 255-267.
- Areosa, T. (2014). Qualidade de vida nas prisões: estudo comparativo entre reclusos nacionais e estrangeiros. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Católica Portuguesa.
- Arnett, J. J. (1998). Learning to stand alone: The contemporary American transition to adulthood in cultural and historical context. *Human Development*, *41*, 295-315.
- Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, *55*(5), 469–480. doi:10.1037/0003 066x.55.5.469
- Arnett, J. J. (2005). The Developmental Context of Substance use in Emerging Adulthood. *Journal of Drug Issues*, *35*(2), 235–254. doi:10.1177/002204260503500202
- Arnold, D. H., Homrok, S., Ortiz, C., & Stowe, R. M. (1999). Direct observation of peer rejection acts and their temporal relation with aggressive acts. *Early Childhood Research Quarterly*, *14*(2), 183–196. doi:10.1016/s0885-2006(99)00009-5
- Asher, S. R., Rose A. J., & Gabriel, S. W (2001). Peer rejection in everyday life. In M. R. Leary (Ed.), *Interpersonal rejection* (pp. 105–142). New York: Oxford University Press.
- Baron, S. W., & Agnew, R. (2014). General Strain Theory and Offending
- A relação entre rejeição interpessoal e comportamento antissocial em jovens adultos portugueses  
 Andreia Filipa Neves Ventura (e-mail: andreia\_filipa28@hotmail.com) 2018

- over the Life Course. In M. DeLisi & K. M. Beaver (Eds.), *Criminological Theory – A Life-Course Approach* (2nd ed, pp. 117-129). Burlington, MA: Jones & Bartlett Learning.
- Bento, A. (2018). Psicopatia, Experiências Traumáticas e Sintomas Psicopatológicos em Reclusos Portugueses: O papel mediador da Autocompaixão e da Desejabilidade Social. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Instituto Superior Miguel Torga.
- Bierman, K. L., & Wargo, J. B. (1995). Predicting the longitudinal course associated with aggressive-rejected, aggressive (nonrejected), and rejected (nonaggressive) status. *Development and Psychopathology*, 7, 669-682.
- Boivin, M., Petitclerc, A., Feng, B., & Barker, E. D. (2010). The Developmental Trajectories of Peer Victimization in Middle to Late Childhood and the Changing Nature of Their Behavioral Correlates. *Merrill-Palmer Quarterly*, 56(3), 231–260. doi:10.1353/mpq.0.0050
- Bowker, J. C., Nelson, L. J., Markovic, A., & Luster, S. (2014). Social Withdrawal during Adolescence and Emerging Adulthood. *The Handbook of Solitude*, 167–183. doi:10.1002/9781118427378.ch10
- Bowling, B., Graham, J., & Ross A. (1994). Self-reported offending among young people in England and Wales. In J. Junger-Tas, G. Terlouw & Klein, M. W. (Eds.), *Delinquent Behavior Among Young in the Western World* (pp. 42-65). Amsterdam, Netherlands: Kugler Publications.
- Burt, S. A., & Donnellan, M. B. (2009). Development and Validation of the Subtypes of Antisocial Behavior Questionnaire. *Aggressive Behavior*, 35(5), 376–398. doi:10.1002/ab.20314
- Bynner, J. (2005) Rethinking the Youth Phase of the Life-course: The Case for Emerging Adulthood? *Journal of Youth Studies*, 8(4), 367-384, doi: 10.1080/13676260500431628
- Camarano, A. A., Mello, J. L., & Kanso, S. (2006). Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte. In A. A. Camarano (Org.). *Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?* Rio de Janeiro: Ipea.
- de Bruyn, E. H., Cillessen, A. H. N., & Wissink, I. B. (2010). Associations of Peer Acceptance and Perceived Popularity With Bullying and Victimization in Early Adolescence. *The Journal of Early Adolescence*, 30(4), 543–566. doi:10.1177/0272431609340517

- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2016). *Relatório Estatístico Anual 2016*. Acedido setembro 6, 2018 em <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/estat>
- Dodge, K. A. (1986). A social information processing model of social competence in children. In M. Perlmutter (Ed.) *Minnesota Symposium in Child Psychology* (pp. 77-125). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Dodge, K. A., Lansford, J. E., Burks, V. S., Bates, J. E., Pettit, G. S., Fontaine, R., & Price, J. M. (2003). Peer Rejection and Social Information-Processing Factors in the Development of Aggressive Behavior Problems in Children. *Child Development*, 74(2), 374-393.
- Dumas, J. E. (2011). *Psicopatologia da Infância e da Adolescência*. (3.<sup>a</sup> edição). Artmed Editora.
- Eitle, D. (2010). General strain theory, persistence, and desistance among young adult males. *Journal of Criminal Justice*, 38(6), 1113–1121. doi:10.1016/j.jcrimjus.2010.08.003
- Faria, C. (2008). Vinculação e Desenvolvimento Epistemológico em Jovens Adultos. Tese de Doutoramento em Psicologia. Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- Farrington, D. P. (1986). Age and crime. In M. Tonry & N. Morris (Eds.), *Crime and Justice: An Annual Review of Research* (Vol. 7, pp. 189-250). Chicago: University of Chicago Press.
- Finkelhor, D., Turner, H., Ormrod, R., Hamby, S., & Kracke, K. (2009). Children's Exposure to Violence: A Comprehensive National Survey. *Juvenile Justice Bulletin*.
- Fite, P. J., Wimsatt, A. R., Vitulano, M. L., Rathert, J. L., & Schwartz, S. (2012). Examination of Peer Rejection and Depressive Symptoms as Mediators of the Link between Rule-Breaking Behavior and Poor Academic Performance. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 34(2), 164-171.
- Fontaine, R. G., Yang, C., Burks, V. S., Dodge, K. A., Price, J. M., Pettit, G. S., & Bates, J. E. (2009). Loneliness as a partial mediator of the relation between low social preference in childhood and anxious/depressed symptoms in adolescence. *Development and Psychopathology*, 21(2), 479–491. doi:10.1017/s0954579409000261
- Froggio, G., & Agnew, R. (2007). The relationship between crime and “objective” versus “subjective” strains. *Journal of Criminal Justice*, 35(1), 81–87. doi:10.1016/j.jcrimjus.2006.11.017

- Fussner, L. M., Luebke, A. M., Mancini, K. J., & Becker, S. P. (2016). Emotion dysregulation mediates the longitudinal relation between peer rejection and depression. *International Journal of Behavioral Development, 42*(2), 155–166. doi:10.1177/0165025416669062
- Goldscheider, F., & Goldscheider, C. (1994). Leaving and returning home in 20th century America. *Population Bulletin, 48*(4), 1-35.
- Gonçalves L. C., & Gonçalves, R. A. (2012). Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão. *Psicologia USP, 23*(3), 559-584.
- Greene, A. L., Wheatley, S. M., & Aldava, J. F. (1992). Stages on life's way: Adolescents' implicit theories of the life course. *Journal of Adolescent Research, 7*, 364-381. doi:10.1177/074355489273006
- Gross, Z., & Maor, R. (2018). Social rejection during school years and the development of negative attitudes toward minority groups in adulthood. *Children and Youth Services Review, 89*, 319–328. doi:10.1016/j.childyouth.2018.04.047
- Guerra, V. S., Asher, S. R., & DeRosier, M. E. (2004). Effect of Children's Perceived Rejection on Physical Aggression. *Journal of Abnormal Child Psychology, 32*(5), 551–563.
- Guerreiro, M. D., & Abrantes, P. (2004). Moving into adulthood in a southern European country: transitions in Portugal. *Portugese Journal of Social Sciences, 3*(3), 191–209. doi:10.1386/pjss.3.3.191/1
- Higgins, G. E., Piquero, N. L., & Piquero, A. R. (2011). General Strain Theory, Peer Rejection, and Delinquency/Crime. *Youth & Society, 43*(4), 1272–1297. doi:10.1177/0044118X10382032
- Hubbard, J. A. (2001). Emotion Expression Processes in Children's Peer Interaction: The Role of Peer Rejection, Aggression, and Gender. *Child Development, 72*(5), 1426-1438.
- Kingery, J. N., Erdley, C. A., Marshall, K. C., Whitaker, K. G., & Reuter, T. R. (2010). Peer experiences of anxious and socially withdrawn youth: An integrative review of the developmental and clinical literature. *Clinical Child and Family Psychology Review, 13*, 91–128.
- Kumpfer, K. L., & Alvarado, R. (2003). Family-Strengthening Approaches for the Prevention of Youth Problem Behaviors. *American Psychologist, 58*(6-7), 457-465. doi:10.1037/0003-066X.58.6-7.457
- Kupersmidt, J. B., & Coie, J. D. (1990). Preadolescent Peer Status, A relação entre rejeição interpessoal e comportamento antissocial em jovens adultos portugueses  
Andreia Filipa Neves Ventura (e-mail: andreia\_filipa28@hotmail.com) 2018

Aggression, and School Adjustment as Predictors of Externalizing Problems in Adolescence. *Child Development*, 61(5), 1350-1362.

Ladd, G. W., Ettekal, I., Kochenderfer-Ladd, B., Rudolph, K. D., & Andrews, R. K. (2014). Relations Among Chronic Peer Group Rejection, Maladaptive Behavioral Dispositions, and Early Adolescents' Peer Perceptions. *Child Development*, 85(3), 971–988. doi:10.1111/cdev.12214

Laird, R. D., Jordan, K. Y., Dodge, K. A., Pettit, G. S., & Bates, J. E. (2001). Peer rejection in childhood, involvement with antisocial peers in early adolescence, and the development of externalizing behavior problems. *Development and Psychopathology*, 13(2), 337–354. doi:10.1017/s0954579401002085

Laws, G., Bates, G., Feuerstein, M., Mason-Apps, E., & White, C. (2012). Peer acceptance of children with language and communication impairments in a mainstream primary school: Associations with type of language difficulty, problem behaviours and a change in placement organization. *Child Language Teaching and Therapy*, 28(1), 73–86. doi:10.1177/0265659011419234

Leary, M. R. (2010). Affiliation, acceptance, and belonging. In S.T. Fiske, D.T. Gilbert & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of Social Psychology* (5th Ed., Vol. 2, pp. 864–897). New York, NY: Wiley.

Leary, M. R., Kowalski, R. M., Smith, L., & Phillips S. (2003). Teasing, Rejection, and Violence: Case Studies of the School Shootings. *Aggressive Behavior*, 29, 202–214.

Leary, M. R., Twenge, J. M., & Quinlivan, E. (2006). Interpersonal Rejection as a Determinant of Anger and Aggression. *Personality and Social Psychology Review*, 10(2), 111-132.

Lev-Wiesel, R., Nuttman-Shwartz, O., & Sternberg, R. (2006). Peer Rejection During Adolescence: Psychological Long-Term Effects — A Brief Report. *Journal of Loss and Trauma: International Perspectives on Stress & Coping*, 11(2), 131-142. doi:10.1080/15325020500409200

Lev-Wiesel, R., Sarid, M., & Sternberg, R. (2013). Measuring Social Peer Rejection during Childhood: Development and Validation. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 22, 482-492. doi:10.1080/10926771.2013.785456

Loeber, R., Farrington, D. P., Stouthamer-Loeber, M., & Van Kammen, W. B. (1989). Development of a new measure of self-reported antisocial

- behavior for young children: Prevalence and reliability. In M. Klein (Ed.), *Cross-National Research in Self-Reported Crime and Delinquency* (pp. 203-225). Boston, MA: Kluwer-Nijhoff.
- Loeber, R., Farrington, D. P., Stouthamer-Loeber, M., & Van Kammen, W. B. (1998). Multiple risk factors for multiproblem boys: Co-occurrence of delinquency, substance use, attention deficit, conduct problems, physical aggression, covert behavior, depressed mood, and shy/withdrawn behavior. In R. Jessor (Ed.), *New perspectives on adolescent risk behavior* (pp. 90-149). New York, NY, US: Cambridge University Press.
- Marques, S. (2009). A percepção do *stress* e das estratégias de coping familiares em reclusos. Um estudo exploratório. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Matos, P. M., Barbosa, S., & Costa, M. E. (2001). Avaliação da vinculação amorosa em adolescentes e jovens adultos: Construção de um instrumento e estudos de validação. *RIDEP*, *11*(1), 93–109.
- McAdams, D. P. (2013). Life Authorship: A Psychological Challenge for Emerging Adulthood, as Illustrated in Two Notable Case Studies. *Emerging Adulthood*, *1*(2), 151–158. doi:10.1177/2167696813481774
- McDougall, P., Hymel, S., Vaillancourt, T., & Mercer, L. (2001). The consequences of childhood peer rejection. In M. Leary (Ed.), *Interpersonal rejection* (pp. 213-247). London: Oxford University Press.
- Meier, A., & Allen, G. (2008). Intimate relationship development during the transition to adulthood: Differences by social class. In J. T. Mortimer (Ed.), *Social class and transitions to adulthood. New Directions for Child and Adolescent Development*, *119*, 25–39.
- Mendonça, M., Andrade, C., & Fontaine, A. M. (2009). Transição para a Idade Adulta e Adulter Emergente: Adaptação do Questionário de Marcadores da Adulter junto de Jovens Portugueses. *Psychologica*, *51*, 147-168.
- Meyer, C. D. (2013). Does Exclusion From Normative Peer Groups in Early Adolescence Predict the Development of Substance Use Problems in Early Adulthood? *Sociology Theses, Dissertations, & Student Research*, *26*.
- Michael, R. T., Gagnon, J. H., Laumann, E. O., & Kolata, G. (1995). *Sex in*
- A relação entre rejeição interpessoal e comportamento antissocial em jovens adultos portugueses  
 Andreia Filipa Neves Ventura (e-mail: andreia\_filipa28@hotmail.com) 2018



*America: A definitive survey.* New York: Warner Books.

- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy. *Psychological Review*, *100*(4), 674-701.
- Morgado, A. M., & Vale-Dias, M. L. (2014) Adolescência e delinquência: variáveis significativas para a construção de um modelo explicativo. *Psicologia, Saúde & Doenças*, *15*(1), 278-292.
- Morrow M. T., Hubbard, J. A., Barhight, L. J., & Thomson, A. K. (2014). Fifth-Grade Children's Daily Experiences of Peer Victimization and Negative Emotions: Moderating Effects of Sex and Peer Rejection. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *42*(7), 1089–1102. DOI 10.1007/s10802-014-9870-0
- Newcomb, A. F., Bukowski, W. M., & Pattee, L. (1993). Children's peer relations: A meta-analytic review of popular, rejected, neglected, controversial, and average sociometric status. *Psychological Bulletin*, *113*(1), 99–128. doi:10.1037/0033-2909.113.1.99
- Oliveira, J. H. B (2002). Neuroticismo: Algumas variáveis diferenciais. *Análise Psicológica*, *20*(4), 647-655.
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento Humano*. (12.<sup>a</sup> edição). Porto Alegre: AMGH.
- Parker, J. G., & Asher, S. R. (1987). Peer relations and later personal adjustment: Are low-accepted children at risk? *Psychological Bulletin*, *102*(3), 357–389. doi:10.1037/0033-2909.102.3.357
- Patterson, G. R. (1992). Developmental changes in antisocial behaviour. In R.D. Peters, R.J. MacMahon & V.L. Quinsey (Eds), *Aggression and violence throughout the lifespan* (pp. 52-82). Newbury Park, CA: Sage.
- Peceguina, I., Santos, A. J., & Daniel, J. R. (2008). A concordância entre medidas sociométricas e a estabilidade dos estatutos sociais em crianças de idade pré-escolar. *Análise Psicológica*, *26*(3), 479-490.
- Platt, B., Kadosh, K. C., & Lau, J. Y. F. (2013). The role of peer rejection in adolescent depression. *Depression and Anxiety*, *30*(9), 809–821. doi: 10.1002/da.22120.
- Prinstein, M. J., & La Greca A. M. (2004). Childhood Peer Rejection and Aggression as Predictors of Adolescent Girls' Externalizing and Health Risk Behaviors: A 6-Year Longitudinal Study. *Journal of*
- A relação entre rejeição interpessoal e comportamento antissocial em jovens adultos portugueses  
 Andreia Filipa Neves Ventura (e-mail: andreia\_filipa28@hotmail.com) 2018

*Consulting and Clinical Psychology*, 72(1), 103–112. doi: 10.1037/0022-006X.72.1.103

- Rebellon, C. J., Manasse, M. E., Van Gundy, K. T., & Cohn, E. S. (2012). Perceived injustice and delinquency: A test of general strain theory. *Journal of Criminal Justice*, 40(3), 230–237. doi:10.1016/j.jcrimjus.2012.02.001
- Reef, J., Diamantopoulou, S., van Meurs, I., Verhulst, F., & van der Ende, J. (2009). Child to adult continuities of psychopathology: a 24-year follow-up. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 120(3), 230–238. doi:10.1111/j.1600-0447.2009.01422.x
- Reijntjes, A., Kamphuis, J. H., Prinzie, P., Boelen, P. A., van der Schoot, M., & Telch, M. J. (2011). Prospective Linkages Between Peer Victimization and Externalizing Problems in Children: A Meta-Analysis. *Aggressive Behavior*, 37, 215–222.
- Ren, D., Wesselmann, E. D., & Williams, K. D. (2018). Hurt people hurt people: ostracism and aggression. *Current Opinion in Psychology*, 19, 34–38. doi:10.1016/j.copsyc.2017.03.026
- Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. S. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In S.C. Hutz (Org.). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégia de intervenção* (pp. 7-52). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rutter, M., Giller, H., & Hagell, A. (1998). *Antisocial Behavior By Young People*. New York: Cambridge University Press.
- Schacter, D. L., Chiao, J. Y., & Mitchell, J. P. (2003). The Seven Sins of Memory. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1001(1), 226–239. doi:10.1196/annals.1279.012
- Sentse, M., Kretschmer, T., & Salmivalli, C. (2015). The Longitudinal Interplay between Bullying, Victimization, and Social Status: Age-related and Gender Differences. *Social Development*, 24(3), 659–677. doi:10.1111/sode.12115
- Sentse, M., Prinzie, P., & Salmivalli, C. (2016). Testing the Direction of Longitudinal Paths between Victimization, Peer Rejection, and Different Types of Internalizing Problems in Adolescence. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 45(5), 1013–1023. doi:10.1007/s10802-016-0216-y

- Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências – SICAD (2016). *Sinopse Estatística 2016 - Substâncias Ilícitas*. Acedido setembro 6, 2018, em <http://www.sicad.pt>
- Simões, A., Fonseca, A. C., Rebelo, J. A., Ferreira, J. A., & Cardoso, F. (1995). Comportamentos anti-sociais referidos pelos próprios alunos: Novos dados para a população portuguesa do ensino básico", *Psychologica*, *14*, 39–57.
- Souza, V. (2013). A memória traumática da tortura: contribuições do debate académico para as possibilidades de reabilitação e esquecimento. *Revista Eletrónica Discente História.com, Cachoeira*, *1*(2), 16-33.
- Substance Abuse and Mental Health Services Administration (2017). *National Survey on Drug Use and Health*. Acedido setembro 6, 2018, em <https://www.samhsa.gov/data/sites/default/files/NSDUH-DetTabs-2016/NSDUH-DetTabs-2016.pdf>
- Torres, A. C., & Gomes, M. C. (2002). *Drogas e Prisões em Portugal*. Lisboa, Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Trentacosta, C. J., & Shaw, D. S. (2009) Emotional self-regulation, peer rejection, and antisocial behavior: Developmental associations from early childhood to early adolescence. *Journal of Applied Developmental Psychology*, *30*(3), 356–365. doi:10.1016/j.appdev.2008.12.016
- Twenge, J. M., Baumeister, R. F., Tice, D. M., & Stucke, T. S. (2001). If you can't join them, beat them: Effects of social exclusion on aggressive behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, *81*(6), 1058–1069. doi:10.1037/0022-3514.81.6.1058
- van Lier, P. A. C., Vitaro, F., Wanner, B., Vuijk, P., & Crijnen, A. A. M. (2005). Gender Differences in Developmental Links Among Antisocial Behavior, Friends' Antisocial Behavior, and Peer Rejection in Childhood: Results From Two Cultures. *Child Development*, *76*(4), 841–855.
- Véronneau, M.-H., Vitaro, F., Brendgen, M., Dishion, T. J., & Tremblay, R. E. (2010). Transactional analysis of the reciprocal links between peer experiences and academic achievement from middle childhood to early adolescence. *Developmental Psychology*, *46*(4), 773–790. doi:10.1037/a0019816
- Walters, G. D. (2016). Low Self-Control, Peer Rejection, Reactive Criminal Thinking, and Delinquent Peer Associations: Connecting the Pieces

of the Crime Puzzle. *J Dev Life Course Criminology*.  
doi:10.1007/s40865-016-0028-3

Williams, C. A., Doorley, J. D., & Esposito-Smythers, C. (2017). Interpersonal rejection sensitivity mediates the associations between peer victimization and two high-risk outcomes. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 22(4), 649–663. doi:10.1177/1359104517712041

Wood, D., Crapnell, T., Lau, L., Bennett, A., Lotstein, D., Ferris, M., & Kuo, A. (2018) Emerging Adulthood as a Critical Stage in the Life Course. In N. Halfon, C. Forrest, R. Lerner & E. Faustman (Eds.) *Handbook of Life Course Health Development* (pp. 123-143). Springer, Cham.

Woodward, L. J., & Fergusson, D. M. (2000). Childhood Peer Relationship Problems and Later Risks of Educational Under-achievement and Unemployment. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 41(2), 191–201. doi:10.1111/1469-7610.00600

Zuckerman, M., & Kuhlman, D. M. (2000). Personality and Risk-Taking: Common Bisocial Factors. *Journal of Personality*, 68(6), 999–1029. doi:10.1111/1467-6494.00124